

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BILIOTECONOMIA
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

ANA CAROLINA ALMEIDA DE CASTRO

MEIO AMBIENTE EM REVISTA:
O CONTEÚDO AMBIENTAL NAS REVISTAS CARTA CAPITAL,
ISTOÉ E VEJA

GOIÂNIA

2010

ANA CAROLINA ALMEIDA DE CASTRO

MEIO AMBIENTE EM REVISTA:

**O CONTEÚDO AMBIENTAL NAS REVISTAS CARTA CAPITAL,
ISTOÉ E VEJA**

Monografia apresentada em cumprimento parcial às exigências do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Área de concentração: Jornalismo Ambiental.

Orientadora: Prof. Ms^a. Lisbeth Oliveira.

GOIÂNIA

2010

ANA CAROLINA ALMEIDA DE CASTRO

**MEIO AMBIENTE EM REVISTA:
O CONTEÚDO AMBIENTAL NAS REVISTAS CARTA CAPITAL,
ISTOÉ E VEJA**

Monografia defendida no curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo, aprovada em ___ de _____ de 2010, pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Prof^ª. Ms^ª. Lisbeth Oliveira

Prof^ª. Ms^ª. Solange Maria Franco

Aos meus pais, Luiz Carlos e Marta Maria, por terem me ensinado que o melhor caminho a percorrer é o da educação, seja ela formal ou não, o que me trouxe até aqui e ainda há de me levar mais longe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu apoio maior.

À professora e orientadora Lisbeth Oliveira, pela dedicação em me ajudar nesse trabalho, pelas excelentes dicas bibliográficas e por ministrar a disciplina de Jornalismo Ambiental, que aprimorou ainda mais o meu gosto pelas questões de Meio Ambiente.

A todos os professores da Facomb que contribuíram para a minha formação acadêmica, em especial ao atual coordenador do curso de Jornalismo, Juarez Ferraz de Maia, por ser, além de professor, ombro amigo e conselheiro.

Aos funcionários da Facomb, sempre muito respeitosos comigo, em especial aos da fotocopiadora Aliança, que me atenderam sempre com um sorriso no rosto.

Aos amigos e amigas que conheci na graduação e que me acompanharam nessa caminhada rumo à vida profissional, cheia de desafios, mas também de diversões.

Aos amigos que fiz durante intercâmbio acadêmico na Alemanha, por fazerem parte da experiência mais interessante e edificante da minha vida, em termos acadêmicos e, principalmente, de amadurecimento pessoal.

A Daniel Mundim, amigo e companheiro que compartilhou comigo os dias em frente ao computador, o desgaste, o desânimo, a empolgação e tudo o que diz respeito ao período de confecção deste trabalho, sempre me apoiando com carinho e paciência.

Aos meus irmãos, que souberam respeitar meu momento de estudos e colaboraram comigo.

*“A melhor notícia nem sempre é a que se dá primeiro, mas
muitas vezes a que se dá melhor”*

Gabriel García Marquez

RESUMO

Este trabalho analisa as revistas brasileiras semanais de variedades *Carta Capital*, *Istoé e Veja*, com foco nas matérias relacionadas ao tema meio ambiente. A divisão da monografia é feita em três capítulos: Meio Ambiente, Jornalismo Ambiental e Análise de Conteúdo. O primeiro ocupa-se da discussão do conceito de meio ambiente e traz outros conceitos – chave para a compreensão desse universo, como visão sistêmica e sustentabilidade. O capítulo inicial traça ainda um histórico do surgimento do movimento ambientalista, tanto no Brasil quanto no mundo. O segundo capítulo discute o jornalismo ambiental, apresentando um histórico da atividade, seguido pela abordagem de conceitos, funções, desafios e perfil dos profissionais que atuam na área. O capítulo final estuda, por meio de análise quantitativa e qualitativa, o conteúdo das matérias ambientais publicadas nos meses de junho, julho e agosto de 2010 nas revistas pesquisadas.

Palavras-chave: matérias ambientais; meio ambiente; jornalismo ambiental; revistas.

ABSTRACT

This paperwork analyzes the Brazilian weekly variety magazines *Carta Capital*, *Istoé* and *Veja*, foccusing on materials related with environment. The monography is devided in three chapters: Environment, Environmental Journalism and Content Analysis. The first one deals with the discussion of the concept of environment and brings another key-concepts that helps understanding this universe, like sistemic view and sustainability. The initial chapter also outlines the history of the environmentalist movement emergence, both in Brazil and abroad. The second chapter discusses environmental journalism, presenting the history of this activity, followed by the approach of concepts, roles, challenges and profile of professionals working in the area. The final chapter studies, through quantitative and qualitative analysis, the environmental content of the materials published in june, july and august 2010 in the surveyed magazines.

Keywords: environmental materials; environment; environmental journalism; magazines.

LISTA DE TABELAS

Carta Capital

Tabela 1: Incidência de matérias ambientais por mês	49
Tabela 2: Assuntos abordados e quantidade de ocorrências	49
Tabela 3: Fontes e suas ocorrências.....	50

Istoé

Tabela 4: Incidência de matérias ambientais por mês	53
Tabela 5: Assuntos abordados e ocorrências	54
Tabela 6: Fontes e suas ocorrências.....	54

Veja

Tabela 7: Incidência de matérias ambientais por mês	58
Tabela 8: Assuntos abordados e ocorrências	58
Tabela 9: Fontes e suas ocorrências.....	59

Quadro comparativo

Tabela 10: Média de páginas por edição e porcentagem de conteúdo jornalístico..	61
Tabela 11: Tipos e número de matérias ambientais por revista	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
CAPÍTULO I – MEIO AMBIENTE.....	17
1.1– O(s) conceito(s) de Meio Ambiente	17
1.1.1– Visão Sistêmica	18
1.1.2- Sustentabilidade.....	21
1.2– O surgimento do Ambientalismo.....	23
1.2.1 – Europa e suas colônias	24
1.2.2 – Preservacionismo x Conservacionismo	25
1.2.3 – O Novo Ambientalismo	28
1.2.4 – Ambientalismo em terras brasileiras	30
CAPÍTULO II – JORNALISMO AMBIENTAL	34
2.1 – Surgimento e aspectos teóricos relacionados	34
2.2 – Conceitos, funções e desafios	39
2.3 – Os profissionais por trás das pautas ambientais	44
CAPÍTULO III – ANÁLISE DE CONTEÚDO	48
3.1 – Revista Carta Capital	48
3.1.1 – Dados quantitativos	48
3.1.2 – Análise de Conteúdo.....	51
3.2. – Revista IstoÉ.....	53
3.2.1 – Dados Quantitativos.....	53
3.2.2 – Análise de Conteúdo.....	55
3.3 – Revista Veja.....	57
3.3.1 – Dados Quantitativos.....	57

3.3.2 – Análise de Conteúdo.....	60
3.4 – Quadro Comparativo	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	69
ÍNDICE DE REPORTAGENS.....	75

INTRODUÇÃO

Em tempos de ebulição de temas relacionados ao meio ambiente, como aquecimento global, efeito estufa, catástrofes, problemas urbanos, mercado de carbono, entre outros, é importante captar a atenção da população para o real sentido de todos esses acontecimentos. A mídia, devido a sua abrangência e alcance, é um dos instrumentos que se julga, em tese, apropriado para fazê-lo.

O principal propósito deste trabalho é traçar um panorama geral do jornalismo ambiental praticado pelas revistas *Carta Capital*, *Istoé* e *Veja*. Para tanto, a análise da amostra possibilita mensurar o espaço dado ao tema meio ambiente por cada uma das publicações; descobrir quais são as categorias temáticas que, de acordo com as revistas, merecem maior destaque; e ainda analisar quais são as fontes a que esses veículos recorrem com maior frequência para escrever sobre o assunto.

Qual publicação traz mais notícias relacionadas ao tema ambiental? Qual é o espaço dado por essas mídias ao tema? A abordagem é sistêmica como prega os princípios do jornalismo ambiental ou fragmentada, não abrangente? Qual é o formato geral dessas matérias? Quais assuntos são mais abordados? Quais são as principais fontes utilizadas nas notícias? Há a preocupação em educar o leitor e alertá-lo para a importância de cuidar do meio ambiente? A linguagem utilizada é simples o suficiente para que o leitor compreenda certas questões técnicas? Ou é excessivamente simples, a ponto de comprometer o real sentido dos fatos? As respostas a essas perguntas trazem a tona uma reflexão sobre o tipo e a qualidade do jornalismo ambiental praticado no Brasil.

No entanto, para entender o jornalismo ambiental é aconselhável que se entenda, primeiro, o que é meio ambiente, em toda sua transdisciplinaridade e amplitude, fugindo de reducionismos simplistas como o binômio fauna/flora. A história do movimento em prol do meio ambiente, no Brasil e no mundo, ajuda a entender esse conceito, através da observação das causas defendidas ao longo dos séculos, com enfoque particularmente especial no Novo Ambientalismo, que surge em meados da década de 60.

Outro aspecto abordado, porém não desvinculado do histórico do movimento ambientalista, é o do jornalismo ambiental. Como acontece com outros assuntos, os ambientalistas e suas causas, assim como as inovações em prol do ambiente, ganharam

publicidade em grande parte por meio da cobertura jornalística dos principais acontecimentos relacionados. Uma cobertura que, de acordo com as funções do jornalismo ambiental, deve não apenas informar, mas também educar e politizar, tornando-se instrumento de mudanças efetivas. O perfil dos profissionais dispostos a esse desafio ajuda a entender e também a definir as características desse filão jornalístico.

Por fim, são apresentados índices com a quantidade de matérias relacionadas a meio ambiente, os principais temas abordados e as fontes mais ouvidas no período estudado, seguidos da análise de seu conteúdo.

Poder conhecer melhor o desenvolvimento do tema no Brasil é a principal motivação para a realização deste trabalho. A escolha do tema se deu pela afinidade e amor que nutro pelo meio ambiente, desde criança, quando passava finais de semana em uma chácara tranquila, em contato direto com animais e cercada de árvores, onde descansava do caos e do stress causado pela vida na cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra de matérias analisadas compreende as publicações dos meses de junho, julho e agosto de 2010 das revistas *Carta Capital*, *Istoé* e *Veja*. São 13 exemplares de cada publicação, totalizando 39 revistas. Este período do ano foi escolhido para garantir a atualidade da análise, uma vez que o presente trabalho começou a ser desenvolvido a partir do segundo semestre de 2010.

A opção pelas revistas semanais de circulação nacional se dá exatamente pela periodicidade desse tipo de publicação, que, por ser semanal, permite reportagens teoricamente mais bem trabalhadas e aprofundadas dos temas abordados.

Enquanto editores de sites e portais da internet disputam segundos e, na pressa, correm o risco de veicular notícias imprecisas ou mesmo erradas, os consumidores parecem cada vez mais interessados na informação correta, e não no ineditismo. (...) Nas revistas, no entanto, sempre se soube disso. Até por causa da sua periodicidade (...) elas cobrem funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura. (SCALZO, 2003:13)

A escolha das revistas de variedade em detrimento de revistas especializadas se deu pela crença de que o primeiro contato de muitos leitores com diversos universos é feito por meio dessas revistas. É a partir de então que eles, os leitores, passariam a procurar informações em veículos especializados, de acordo com aquilo que despertou seus interesses em específico. Muitas vezes esse tipo de revista não especializada é o único ou um dos poucos canais com os quais os leitores têm contato com a temática ambiental. Analisá-las possibilita a descoberta de como o tema meio ambiente é apresentado para um público maior e heterogêneo.

Durante o trabalho, percebemos uma quantidade considerável de notas sobre meio ambiente. No entanto, preferimos não incluí-las na análise, pois elas não possibilitam o espaço de aprofundamento no tema, o que impossibilita de antemão o cumprimento das funções educativa e política do jornalismo ambiental, permitindo apenas, e ainda assim de forma restrita, o exercício da função informativa. O espaço que permite o aprofundamento é de fato a reportagem. “É a reportagem – onde se contam, se narram as peripécias da

atualidade – um gênero jornalístico privilegiado. (...) ela se afirma como o lugar por excelência da narrativa jornalística.” (FERRARI e SODRÉ, 1986:09)

Além das reportagens, analisamos também entrevistas, artigos, guias e editoriais, por entender que eles também podem trazer uma quantidade mínima de informação suficiente para educar e politizar.

A análise de conteúdo foi o método escolhido por ser, de acordo com Bauer e Gaskell (2004:194) o mais indicado para a construção de índices e por permitir a relação entre “o formalismo estatístico” e a análise qualitativa dos materiais.

A análise quantitativa das matérias dá subsídios para a análise de conteúdo de cada uma das publicações estudadas. Posteriormente, os dados são cruzados e acrescentados à análise qualitativa, resultando em um panorama geral do jornalismo ambiental praticado no Brasil pelas principais revistas não especializadas.

Devido à transversalidade inerente ao tema meio ambiente, encontrar parâmetros para a definição dos assuntos que podem ou não ser classificados como ambientais configurou-se tarefa difícil. Mas, além dos exemplos de pautas ambientais citados por Wilson Bueno (*ver capítulo 2, pg. 38*), decidimos adotar a subdivisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 1988), que define duas grandes categorias: ecossistemas naturais, referentes a ecossistemas marinhos, dulciaquáticos e fitogeográficos; e ecossistemas humanos, que incluem ecossistemas urbano-industriais e agroindustriais/rurais. À categoria de ecossistemas naturais foram acrescentadas “biodiversidade” e “fauna”.

As fontes foram classificadas de acordo com metodologia de Nilson Lage:

Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações como sindicatos, associações, fundações, etc. *Fontes oficiosas* são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. *Fontes independentes* são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. (2008:63, grifo nosso)

Apesar de os Estados Unidos classificarem as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) como fontes independentes, seguimos o raciocínio de Nilson Lage e as classificamos como fontes oficiais, uma vez que muitas, apesar do nome, recebem subsídios governamentais por meio de instituições que as financiam. (2008:65) Além disso, a

credibilidade que depositamos nessas organizações e a crença no trabalho sério da maioria delas em prol do meio ambiente nos faz acreditar que seus representantes e números são oficialmente dignos de confiança.

CAPÍTULO I – MEIO AMBIENTE

O que é meio ambiente? Ora, se falamos em jornalismo ambiental, há que se entender primeiro o que é de fato meio ambiente. Este primeiro capítulo trata da discussão do conceito, que é básico para a compreensão de todo o trabalho e, em uma escala mais ampla, da vida em si. Os conceitos de visão sistêmica e sustentabilidade são apresentados como peças chave para o alcance desse objetivo principal. O histórico do movimento em defesa do meio ambiente complementa a análise de sua relevância para a sociedade.

1.1 – O(s) conceito(s) de Meio Ambiente

No imaginário da população brasileira, meio ambiente é sinônimo de fauna e flora e o homem e suas criações não fazem parte desse contexto. É o que revela a pesquisa intitulada “O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável”, (CRESPO, 2006:66-67). A expressão, ainda que muito conhecida, está longe de ser de fato compreendida pelos brasileiros.

Talvez por seu sentido abrangente, meio ambiente é daqueles termos difíceis de definir. Segundo Trigueiro (2003:13), “o meio ambiente começa dentro de cada um, alcança tudo o que nos cerca e as relações estabelecidas por nós com o universo.” Praticamente tudo, portanto, insere-se nesse conceito.

De uma forma melhor exemplificada, Wilson Bueno (2007) traz a seguinte tentativa de definição:

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.). (BUENO, 2007:3)

Percebe-se, portanto, que o que a população em sua maioria chama de meio ambiente é na verdade uma porção muito pequena de todos os elementos que de fato o compõe. O erro mais grave, porém, é acreditar que a humanidade e suas ações estão fora desse contexto. Como afirma Trigueiro (2003:77), “reduzir meio ambiente à fauna e flora é, definitivamente, um erro de grandes proporções”. Essa visão faz com que as pessoas acreditem que seus hábitos, quando não diretamente ligados à destruição da fauna e da flora, são ambientalmente corretos.

Ser “amigo” das plantas e dos animais bastaria para ter uma postura ecológica. Jogar lixo nas ruas, desperdiçar água ou praticar deliberadamente o consumismo não entrariam, portanto, no conjunto de atitudes que degradam o meio ambiente, o que claramente não condiz com a verdade dos fatos. Nem mesmo as cidades – com todos os seus problemas - seriam parte do meio ambiente, por ser resultado de ações humanas.

Ainda de acordo com a pesquisa, o que leva grande parte das pessoas a pensarem de forma tão fragmentada e equivocada é a sua fonte de informações sobre meio ambiente: 90% dos entrevistados declararam informar-se sobre o assunto pela TV. Aos que tem TV a cabo, os programas do Discovery Chanel e National Geographic, que quase sempre mostram recortes da vida selvagem, são os primeiros que vêm à mente das pessoas quando questionadas sobre meio ambiente. A mídia, portanto, tem sua parcela de responsabilidade sobre a fragmentação do tema, porém as pessoas também falham ao não buscarem a diversificação de suas fontes de informação. Essa fragmentação vai, inclusive, contra um conceito muito bem visto pelos ecologistas: a visão sistêmica.

1.1.1 - Visão Sistêmica

A Teoria Geral dos Sistemas, do austríaco Karl Ludwig von Bertalanffy, ensina que, embora seja possível distinguir as partes de qualquer sistema vivo, a natureza do todo é sempre diferente da simples soma de suas partes (CAPRA, 2003:21), porque quando analisa-se as partes em separado, deixa-se de lado os fatores resultantes das relações e conexões existentes entre as mesmas, imprescindíveis para dar vida a qualquer sistema. Pensar no todo é a base do pensamento sistêmico. Analisar os fatos de forma a incluir todo o contexto que os cerca, as propriedades e conexões, é exercitar a chamada visão sistêmica.

As relações e conexões que os seres vivos têm com o ambiente em que vivem são vitais. Ambos fazem parte de um sistema, ou ecossistema, que de acordo com Lincoln (apud CAPRA, 2006: 43) é uma comunidade de organismos e suas interações ambientais físicas como uma unidade ecológica. Por isso, analisar os seres sem analisar o mundo que os cerca não produz resultados satisfatórios. Pensar o meio ambiente analisando separadamente seus elementos não tem o mesmo efeito que pensar em todos os seus elementos de forma conectada, como eles naturalmente são.

Estando intrinsecamente relacionados e conectados, o que acontece na ponta de um sistema se reflete na outra ponta. Assim como acontece, por exemplo, no organismo humano: um acidente na medula pode afetar o movimento do corpo todo, pois ali está a maioria das conexões nervosas. Tomando a Biosfera como a camada de vida que envolve a terra (CAPRA, 2006:43) e que forma o maior sistema vivo do planeta, conclui-se que se o equilíbrio entre as conexões desse sistema for de certo modo rompido, todo o sistema sofrerá consequências, em menor ou maior escala.

É essa a parte que os ecologistas admiram na visão sistêmica: pensar o meio ambiente como um sistema vivo, em que todos os elementos participam ativamente da construção da harmonia geral, sendo assim responsáveis pela mesma. Por isso, retirar o homem desse sistema é negar sua dependência e sua responsabilidade em relação à Terra.

Esse pensamento distorcido vem se mostrando perigoso. O homem que acredita não fazer parte do ecossistema, mas acredita ter poder para controlá-lo e manipulá-lo em proveito próprio e sem maiores preocupações com as consequências, está dando um tiro no próprio pé. A Terra é tida como um organismo vivo (LOVELOCK, 2006) e já deu provas de seu poder de restauração. Porém a natureza tem um ritmo próprio, dependente de todos os elementos que dela fazem parte e que cooperam entre si. Uma vez que o homem quebra essa cooperação, a Terra se restaura.

Mas quando isso passa a ser abusivo e excessivamente rápido, o que o homem enxerga supostamente 'de longe' como recursos que estão ali apenas para seu usufruto, deixam de estar disponíveis no ritmo esperado. Alguns, inclusive, esgotam-se totalmente. A lista de espécies animais e vegetais em extinção, sempre em expansão, é uma prova disso¹.

¹ Ver os Red Data Books disponibilizados pela *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* no site < <http://www.iucnredlist.org/> > Acesso em setembro de 2010

É claro que o homem, assim como os outros seres vivos, como parte integrante desse grande ecossistema, utiliza-se dos demais recursos naturais para sobreviver. O que não condiz com o ritmo da Terra é o modelo de desenvolvimento que a humanidade vem colocando em prática há cerca de dois séculos.

De acordo com conclusões da Avaliação Ecológica do Milênio², nos últimos 50 anos a ação humana modificou os ecossistemas mais rápida e extensivamente do que em qualquer outro intervalo de tempo da história da humanidade, principalmente para suprir demandas próprias e crescentes por água pura, alimentos, madeira e fibras. Essas modificações contribuíram para o bem estar humano e crescimento econômico, mas tiveram sua contrapartida negativa, que não deve ser ignorada.

60% (15 entre 24) dos serviços dos ecossistemas analisados têm sofrido com a degradação e o uso não sustentável, entre eles água pura, pesca e captura, purificação do ar e da água, etc. As mudanças no ecossistema contribuíram para o surgimento de doenças, alterações na qualidade da água, aparecimento de “zonas mortas” em águas costeiras, colapso na pesca e alterações no clima regional. Esses efeitos negativos têm recaído principalmente em faixas de população mais pobres, acentuando ainda mais a desigualdade social, gerando mais pobreza e conflitos sociais.

Nesse ritmo, o ecossistema Terra, que em sua essência é auto-sustentável, deixa de sê-lo e caminha para o colapso, levando consigo não apenas o homem, mas várias outras espécies e organismos que o coabitam. A partir do momento em que o homem volta a se enxergar como parte de um todo e a refletir as consequências negativas dos seus atos para os demais seres e para si mesmo, talvez ele possa buscar alternativas para diminuir o impacto das suas ações.

A sustentabilidade surge então dos efeitos da visão sistêmica empregada na ecologia e é mais um conceito chave para a compreensão do meio ambiente.

² Disponível em http://www.scribd.com/full/6305159?access_key=key-ji7kyi7ajdm9ooxsbgg. Acesso em outubro de 2010.

1.1.2 – Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade foi inicialmente introduzido em 1980 por Lester Brown (apud CAPRA, 2003:19), fundador do Worldwatch Institut. Uma comunidade sustentável seria aquela capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras. Anos depois o Relatório Brundtland, da ONU, adotou definição parecida. Uma comunidade humana, para ser reconhecida como sustentável, deve ser planejada de modo que os estilos de vida, negócios, atividades econômicas, estruturas físicas e tecnologias não interfiram nessa capacidade nata da natureza de manter a vida. Atitudes sustentáveis são, portanto, imprescindíveis para manter o equilíbrio dos sistemas vivos.

Observar os mecanismos da natureza e refletir sobre sua independência e harmonia pode ajudar a sociedade humana a adquirir hábitos sustentáveis em seu próprio desenvolvimento. Apesar de muito mais complexo que dos demais sistemas vivos existentes, o desenvolvimento humano nem por isso é mais eficiente. Tomemos o exemplo da agricultura, citado por Elaine de Azevedo (2006:73).

A forma de produção de alimentos dentro do Padrão Técnico Moderno tem sido responsável pela contaminação de lençóis freáticos, rios e oceanos, comprometendo a fertilidade do solo, destruindo a biodiversidade e fortificando a dependência de energia petroquímica e dos agroquímicos.

Por outro lado,

a adoção de práticas orgânicas na produção de alimentos prevê consequências ambientais perceptíveis na qualidade dos alimentos, na fertilidade do solo, na qualidade de vida dos animais e seres humanos vivendo num ambiente isento de substâncias tóxicas, onde se mantenha a diversidade biológica da flora e da fauna, as águas mais limpas, o clima equilibrado e o ar menos poluído.

Qualquer atitude que não seja sustentável é vista, portanto, como antiecológica, vez que afeta negativamente o ritmo natural da vida e dos sistemas que a possibilitam. Depois da Conferência Rio 92, o termo ganhou não apenas as páginas de jornais e revistas, mas também abrangência. Segundo Patrícia Mousinho (2003), se antes o desenvolvimento sustentável

pretendia englobar aspectos econômicos, sociais e ambientais, com a elaboração da Agenda 21, aspectos políticos, demográficos, culturais e espaciais também entraram nos temas a serem repensados para que se desenvolvam sustentavelmente.

A adoção de uma postura sustentável exige mudanças de hábitos e comportamentos. Dessa conclusão surgiu, primeiramente, o princípio dos três R's: Reduzir (o uso de matérias-primas e energia, a quantidade de material a ser descartado); Reutilizar (os produtos usados, dando a eles outras funções), e Reciclar (retornar o que foi utilizado para o ciclo de produção) (MOUSINHO, 2003:333 a 376)³. Trigueiro (2005:28), posteriormente, acrescenta mais um R e ressalta que ele deve ser o primeiro deles: o de Repensar, antes de qualquer atitude, o consumo, afim de reduzi-lo.

Os princípios da Ecologia, listados por Capra (2003), refletem a ligação direta entre meio ambiente e atitudes sustentáveis, de forma que um conceito complementa e reafirma o outro:

- 1) nenhum ecossistema produz resíduos, já que os resíduos de uma espécie são alimentos de outra;
- 2) a matéria circula continuamente pela teia da vida;
- 3) a energia que sustenta esses ciclos ecológicos vem do Sol;
- 4) a diversidade assegura a resiliência⁴;
- 5) a vida, desde o seu início, há mais de três bilhões de anos, não conquistou o planeta pela força, e sim através da cooperação, parcerias e trabalho em rede. (CAPRA, 2003:25)

A visão sistêmica é o método de análise da vida em si e a atitude sustentável é o método de ação na busca da compreensão e da harmonia com o meio ambiente. Assim sendo, ambos os conceitos tornam-se imprescindíveis para o real entendimento do conceito de meio ambiente.

³ MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.) **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

⁴ Neste contexto o termo resiliência significa capacidade de recuperação.

1.2 - O surgimento do Ambientalismo

O movimento ambientalista não teve início apenas no fim da década de 60 do século XX. O que aconteceu à época foi, na verdade, uma renovação do movimento, a que McCormick (1992) chama de Novo Ambientalismo, termo que aqui adotamos. Antes dele, no entanto, as questões ambientais já eram discutidas.

“O movimento ambiental não teve um começo claro. (...) não começou num país para depois espalhar-se em outro; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes”. Já no primeiro parágrafo do livro de McCormick é destacada a sua não linearidade geográfica e cronológica.

Existe, no entanto, um fator comum no surgimento das questões ambientais: seu caráter inicialmente local. Os indivíduos de uma determinada região observaram os efeitos de suas ações poluentes, de caça e pesca e perda de florestas e começaram a formar grupos, que se tornaram coalizões, evoluíram para movimentos nacionais até transformarem-se em um movimento multinacional, em uma evolução episódica e não constante, que intercalou tempos de expansão e sonolência.

1.2.1 - Europa e suas colônias

De acordo com histórico abordado por McCormick em *Rumo ao Paraíso* (1992) a industrialização e as mudanças no setor agrícola fizeram os primeiros protecionistas levantarem suas vozes. Alemães, franceses e suecos foram pioneiros nas ciências florestais. O estudo da História Natural foi a primeira grande influência do ambientalismo que nasceu na Grã Bretanha, que no século XVIII chegou a ser considerada a Meca dos naturalistas. Em 1880 cerca de cem mil pessoas, em sua maioria de classes abastadas, já faziam parte de sociedades de história natural e clubes de campo, interessados principalmente na contemplação e nos estudos da natureza. O desejo de protegê-la ganharia força no século XIX com a cruzada contra a crueldade com os animais.

Charles Dickens e Friedrich Engels (1958 apud McCORMICK, 1992:24) chamaram atenção para as condições sociais urbanas, que com a industrialização haviam mudado. A depressão econômica de 1880 e a crise intelectual da era pós Darwin feriram a autoconfiança da sociedade britânica, que passou a enxergar com certo pessimismo a antes celebrada crença no desenvolvimento social e econômico sem limites. Nesse contexto surge, em 1865, o primeiro grupo ambientalista privado do mundo, a Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society, que defendeu a criação e preservação de áreas verdes urbanas voltadas ao descanso e lazer dos trabalhadores. Esses locais eram, muitas vezes, o mais próximo de um ambiente campestre que esses homens tinham à disposição. A primeira reserva nacional foi criada em 1888, em Norfolk Broads, mas apenas após a 2ª Guerra Mundial a ideia de proteção de habitats naturais ganharia corpo e impulso na Grã Bretanha.

Nas colônias britânicas a preocupação com meio ambiente foi tardia. Na Austrália, somente no final do século XIX e início do século XX é que comissões de inquérito defenderam as florestas como recursos limitados, e por isso carentes de administração sustentável. Apenas em 1909 foi formada uma Wildlife Preservation Society em Sidney.

Na África meridional, proclamações restringindo a derrubada de árvores e a caça foram publicadas ainda em 1658. No entanto, devido à dispersão e ao isolamento dos colonos, o controle não era efetivo. Na década de 1830 haviam poucos exemplares de elefantes no Cabo Oriental. A aprovação, em 1846, de um regulamento com o objetivo de 'melhorar' a preservação da área de Cape Flats, próxima à Cidade do Cabo, parece ter sido o pontapé inicial para o aprimoramento do pensamento ambiental de base estética e urbana. Em 1864, em decorrência de uma forte seca, foi montado um Comitê Especial sobre erosão do solo, secas e demais problemas associados. Nos relatórios oficiais ficavam claras as relações existentes entre a atividade humana e a degradação ambiental.

Em 1893, após a total extinção de uma espécie de burro africano, surgiu o primeiro órgão de proteção à vida selvagem africana, a Natal Game Protection Association. Em 1894 foi criada uma reserva de caça que tornaria-se parte do Kuger National Park.

O primeiro acordo ambiental do mundo, a Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes na África, foi assinado em 1900 em Londres pela Grã Bretanha, França, Alemanha, Itália, Portugal e pelo Congo Belga.

Os Estados Unidos, quando colonizados, sofreram certa influência da crescente onda de estudos da História Natural. Houve exemplos de iniciativas preservacionistas desde o início, mas não foram suficientes para conter a devastação das áreas virgens.

Em 1864 o filologista e diplomata George Perkins Marsh publicou *Man and Nature*, que teria dado início a um conhecimento mais preciso e real da terra nos Estados Unidos. No mesmo ano o Congresso norte americano decretou o Vale de Yosemite e o Mariposa Grove de Big Tree como espaços inalienáveis para a recreação, utilização e lazer públicos. Os dois acontecimentos podem ser considerados, por sua posterior influência, marcos para a questão ambiental naquele país. Em 1872 foi criado o primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone, em uma área de 800 mil hectares em Wyoming. O parque serviu de modelo para outros países. Na Austrália, no entanto, a função recreativa era a primeira, antes mesmo da preocupação com a preservação de áreas virgens.

1.2.2 - Preservacionismo x Conservacionismo

No início do século XX o movimento ambientalista norte-americano viu-se dividido em duas vertentes. Os *preservacionistas* buscavam proteger as áreas virgens de qualquer uso que não o educacional ou recreativo, reflexo da influência filosófica britânica. Os *conservacionistas* pregavam a exploração dos recursos disponíveis, porém de forma planejada, racional e sustentável, como os alemães e sua tradição na área das ciências florestais. (McCormick, 1992:30)

Muir era o grande nome do preservacionismo e influenciou na criação dos parques nacionais, alegando um compromisso com a preservação das áreas virgens. Do outro lado, Pinchot defendia um conservacionismo que tinha como princípios o desenvolvimento por meio do uso dos recursos pelas gerações presentes, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento ao alcance de muitos, e não de poucos. O conservacionismo teve importante adesão do presidente Roosevelt no início do século XX.

Em 1903 foi criada a primeira organização ambiental internacional do mundo, a *Society for the Preservation of the Wild Fauna of the Empire*, hoje *Fauna and Flora*

Preservation Society. A entidade, que objetivava proteger a vida selvagem dos animais nas colônias britânicas, era patrocinada por naturalistas e, curiosa e paradoxalmente, por caçadores, os quais vieram a ser chamados mais tarde de “açougueiros penitentes” (FITTER, 1978:08 apud McCORMICK, 1992:35).

Após a 1ª Guerra Mundial, foi realizada uma conferência internacional em Londres para discutir a Proteção da Fauna e Flora em seu Estado Natural, ratificada pela maioria dos governos coloniais.

Nos EUA, o chamado *Dust Bowl*⁵ fez não apenas o país articular suas medidas conservacionistas em relação à agricultura de forma diferente, mas teve efeitos também na política agrária das colônias britânicas na África.

Após a 2ª Guerra Mundial a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a *United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources* (UNSCCUR) em Lake Success, no estado de Nova York em agosto e setembro de 1949, com a participação de 530 delegados de 49 países, com exceção da URSS. A conferência é inquestionavelmente considerada por McCormick (1992:53) como “o primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista internacional”.

A discussão sobre a criação de um organismo internacional de proteção da natureza, que havia se iniciado ainda em 1903 e resultado em várias tentativas falhas, continuava. EUA e Grã Bretanha defendiam que o órgão deveria ser ligado à ONU. Suíça, Bélgica e Holanda eram contra. Em 1948 foi enfim criada em sua forma final a International Union for the Protection of Nature (IUPN), com sede em Basileia e, mais adiante, em Bruxelas, e apoio da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) sob a prerrogativa de promover a preservação da vida selvagem e do ambiente natural, a divulgação das questões ambientais, a educação e legislação ambiental e a coleta, análise e divulgação de dados e informações sobre esse campo.

Apesar de a proteção da natureza ter sido o tema que cercou a maior parte dos debates durante a formação da IUPN, seus princípios referiam-se de fato à conservação da mesma. Em 1956 a entidade mudaria seu nome para *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN). Os resultados das pesquisas do ecologista americano Lee

⁵ O fenômeno que ficou conhecido como *Dust Bowl* refere-se às tempestades de poeira que atingiram principalmente a região das Grandes Planícies norte americanas. Seus efeitos puderam ser sentidos até em Chicago e em outros lugares distantes. Entre os anos de 1934 e 1937 estima-se que mais de 200 tempestades de areia tenham ocorrido nos Estados Unidos.

Talbot mais dados da *Fauna Preservation Society* possibilitaram a publicação em 1958 do primeiro *Red Data Book*, que contabilizava 150 espécies animais (mamíferos de grande porte) ameaçadas de extinção. Na década de 60 foram acrescentados dados sobre as aves e na década de 70, sobre plantas. O *Red Data Book* é ainda hoje a principal fonte de referência sobre a situação das espécies ameaçadas de extinção.

Em 1960 foi fundado o *World Wildlife Fund* (WWF) que investia cerca de 370 mil dólares por ano, tendo custeado até 1967 mais de 180 projetos. Hoje a WWF é uma das maiores ONGs ambientais do mundo, ao lado do *Greenpeace*, fundado no fim da mesma década por um casal de ativistas.

Em dezembro de 1962 a ONU adotou uma resolução afirmando que o desenvolvimento econômico de países menos desenvolvidos poderia pôr em risco os recursos naturais caso a conservação e a recuperação dos mesmos não fosse pensada na estratégia de crescimento. Em 1963 foi realizada a primeira Assembleia Geral da IUCN fora do território europeu ou norte americano, em Nairóbi.

Quando a África libertou-se da condição de colônia, a IUCN lançou em 1956 o *African Special Project* (ASP), uma tentativa de incentivar o conservacionismo como opção de fonte de renda para a população local. Os 33 estados membros da Organização da Unidade Africana (OUA) adotaram em 1969 a Convenção Africana para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. A proposta de conservar, utilizar e desenvolver recursos do solo, água, flora, e fauna considerando os princípios científicos e os interesses do povo, era da IUCN. Em 1969 a União realizou sua 10ª Conferência em Nova Délhi, onde decidiu mudar sua postura de sanar problemas à medida que surgiam, para agir de forma preventiva e com soluções definitivas.

O movimento conservacionista se reinventava, mas um novo movimento que revolucionaria o ambientalismo estava surgindo. McCormick (1992) o introduz da seguinte forma:

(...) um novo movimento, independente e muito mais ativista, preocupado com questões ambientais muito mais amplas. Em algum momento no final dos anos 50 e começo dos anos 60 as circunstâncias conspiraram para dar surgimento a um novo movimento de protesto, baseado nas preocupações com o estado do ambiente humano e com as atitudes humanas em relação à Terra. A natureza e os recursos naturais deixaram de ser a única preocupação; o novo movimento abrangia tudo, desde a superpopulação e a poluição aos custos da tecnologia e do crescimento

econômico. O Novo Ambientalismo ia além do mundo natural; questionava a própria existência do capitalismo. (McCORMICK 1992:61)

1.2.3 - O Novo Ambientalismo

As mudanças ocorridas entre 1962 e 1970 formaram as bases para o surgimento do chamado 'Novo Ambientalismo'. Um dos marcos iniciais dessa nova fase foi a publicação do livro de Rachel Charson, *Silent Spring* (Primavera silenciosa, 1962). O livro discutia o uso indiscriminado de pesticidas agrícolas e seus efeitos nocivos ao meio ambiente e ao homem, que pagaria com sua própria saúde pelo mal que estava causando à terra e aos seus próprios alimentos.

A publicação vendeu mais de meio milhão de exemplares, permanecendo no topo da lista de mais vendidos do *New York Times* por 31 semanas. McCormick (1992:63) relata que, em decorrência da divulgação da mensagem do livro de Carson, “as preocupações de uns poucos cientistas, administradores e grupos conservacionistas floresceram num fervente movimento de massas que varreu o mundo industrializado.”

Algumas organizações ambientalistas já existentes entraram na onda, enquanto várias outras foram fundadas. A principal diferença, além da quantidade de militantes, era o foco das ações e discussões: o preservacionista focava em tudo que não fosse o ambiente humano, o conservacionista pregava a administração dos recursos para o bem do homem e o novo ambientalismo ocupou-se da humanidade como um todo e seus vários ambientes, levando em consideração que sua própria existência estava sendo colocada em risco pelos padrões de desenvolvimento adotados e reaproximando o homem da natureza, à medida que demonstrava a ligação intrínseca entre ambos na defesa do olhar sistêmico.

Outra diferença é o seu caráter político e ativista, ilustrado pela busca de mudanças efetivas nas estruturas econômicas e sociais, o que trouxe o rótulo de *antiestablishment* (contra o sistema) ao novo movimento (SANDBACH, 1980:21-22 apud McCORMICK, 1992:64). Mesmo com a economia dos países industrializados em perceptível crescimento,

problemas como a Crise de Suez, a Guerra Fria, a desigualdade racial e os testes nucleares⁶ despertaram na sociedade, ainda nos anos 50, um sentimento de insatisfação generalizado, que nos anos seguintes atraiu a atenção do público e reuniu multidões em protestos.

Não é mera coincidência que o Novo Ambientalismo tenha ganhado força exatamente no fim dos anos 60 e início dos anos 70, na onda de emergência de diversos outros movimentos sociais, como o feminismo, a liberalização sexual e os movimentos pela paz. Todos eles pareciam ser vertentes resultantes de uma mesma insatisfação com o sistema, e buscavam o objetivo comum de mudá-lo tornando-o menos automático e mais humano. Muitos jovens que apoiavam o movimento ambientalista eram inclusive ativistas oriundos inicialmente de outros movimentos sociais.

O Novo Ambientalismo deixa a diplomacia e muitas vezes o preciosismo científico de lado e adota um caráter mais anárquico, humano e sentimentalista. “A ecologia não é mais uma disciplina científica – é uma atitude de espírito”. A frase proferida por John Maddox (1972:135 apud McCORMICK, 1992:64) durante um congresso nos anos 70 ilustra bem o caráter mais livre e apaixonado do Novo Ambientalismo, frequentemente chamado no início de movimento ecológico.

Essa paixão que caracterizou o novo ativismo em prol do Meio Ambiente teve seu ápice no dia 22 de abril de 1970, quando as manifestações do Dia da Terra contaram com a participação de mais de 300 mil norte-americanos, no que é considerada ainda hoje a maior manifestação ambientalista da história.

A ONU mostrou seu comprometimento com a “nova” causa organizando e promovendo o que foi uma das maiores conferências já realizadas em toda a sua história: a Conferência de Estocolmo para o Meio Ambiente, 1972, que contou com delegados de 113 países. Foi lá que criou-se o Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho.

A primeira vez que ecologistas se organizaram em um partido político próprio, afim de influenciar mais diretamente nas decisões políticas, foi na Alemanha, em 1978, quando o *Die Grünen* (Os Verdes) foi criado.

O Novo Ambientalismo chegou e estabeleceu-se com a preocupação da qualidade de vida dos habitantes da terra e o modo como essa qualidade vinha sendo comprometida por

⁶ No início da década de 50, chuvas radioativas e acidentes nucleares começaram a ocorrer com certa frequência por causa dos testes. Um dos episódios mais graves ocorreu em março de 1954, no atol de Bikini, Pacífico ocidental. O teste chamado de BRAVO levou as cinzas radioativas para as Ilhas Marshall, habitadas. Duas semanas mais tarde, um pescador japonês que esteve na região atraca com 23 dos seus tripulantes doentes. Os peixes que chegaram à época nos portos japoneses estavam todos contaminados.

causa dos efeitos poluentes do modelo de crescimento econômico então adotado. O crescimento da riqueza em bens materiais de consumo, o descontentamento dos jovens e a ampliação de tendências sociais e econômicas tiveram seu papel no estabelecimento da causa como pauta política e social.

Além desses, um outro personagem foi mais que decisivo para o crescimento, a publicidade e a legitimação do movimento: os meios de comunicação, em particular a imprensa, que cobriu a evolução, as publicações científicas, as conferências e, principalmente, os desastres ambientais. Sem a força propulsora da imprensa, o movimento teria provavelmente rumos bem diferentes.

1.2.4 – Ambientalismo em terras brasileiras

Uma das primeiras demonstrações pró meio ambiente documentadas no Brasil foi de José Bonifácio Andrade Silva, patriarca da Independência, que defendeu a preservação das matas, principalmente contra incêndios, e preocupou-se com as consequências da caça aos baleotes na Assembleia Constituinte Imperial, em 1822 (CARNEIRO, 2003:60). No fim do século XIX o reflorestamento da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, pelas mãos do Major Archer e seus escravos, foi uma epopeia conservacionista em resposta à devastação causada pelo estabelecimento de fazendas de café na região. (SIRKIS, 1992:215)⁷.

No século XX, em 1942, no Sul do Brasil, Balduino Rambo escreveu *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, no qual dedicou um capítulo para a defesa da natureza. Três anos antes, Henrique Luís Roessler, então funcionário da Capitania dos Portos, no Rio Sinos, se interessou pela defesa da natureza interferindo na caça, pesca, desmatamento, poluição e fazendo educação ambiental através de boletins. Roessler fundou a União Protetora da Natureza (UPN) em 1955 e dois anos depois começou a publicar crônicas jornalísticas semanais em defesa da natureza no *Correio do Povo*, totalizando 303 textos.

Após sua morte, em 1963, um de seus seguidores, Nicolau Campos, continuou o trabalho de publicação de crônicas e ajudou a fundar, em abril de 1971, a AGAPAN –

⁷ SIRKIS, Alfredo. Enquanto isso, na terra do pau-brasil... In: McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista**. Tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – ONG que teria inaugurado, em uma defesa um tanto apaixonada de Carneiro (2003), porém corroborada pelo *Guia da Ecologia* de 1992 da Editora Abril, a luta ambientalista no Brasil nos moldes do Novo Ambientalismo. Antes da AGAPAN, algumas entidades como a ADEFLORA, fundada em 1954 para defesa do Pontal do Paranapanema e a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1958) já defendiam no Brasil a causa ambiental, porém com focos mais específicos.

O novo movimento, espontâneo e disperso, não surgiu, portanto, da emergência dos problemas ambientais – poluição, extinção de animais e mau uso da terra - que sempre existiram, mas sim porque a crise ambiental generalizada havia sido percebida por inúmeros cientistas e escritores e os idealistas compreenderam que só uma ação conjunta em escala global poderia surtir efeito perante tamanha crise.

Além da AGAPAN, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) criada em 1972 e atual filiada do Amigos da Terra, destacou-se entre as novas organizações pró ambientais no Rio Grande do Sul, onde aparentemente iniciou-se o ativismo no Brasil, uma vez que não há documentação que comprove e relate o ativismo em outros estados nas mesmas proporções.

Foi na capital gaúcha, em 1975, que o universitário mineiro Carlos Dayrell subiu em uma árvore em protesto contra a sua derrubada. A prefeitura de Porto Alegre - RS queria retirá-la para a construção de um viaduto no local. A foto do rapaz em cima da árvore rodou o país e trouxe a militância ambientalista para a pauta do dia na imprensa brasileira. A árvore, que fica de frente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi poupada e a atitude tornou-se um marco do movimento.

Um dos membros fundadores da AGAPAN, José Lutzenberger, lançou em 1976 o livro *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*, com denúncias do desrespeito à natureza no território nacional. *Recursos naturais do Brasil - Conservacionismo* (1969), de Antônio Teixeira Guerra; *Poluição – A morte dos nossos rios* (1972), de Samuel Murgel Branco e *Catecismo da Ecologia* (1979), de Vasconcelos Sobrinho são alguns exemplos que se somam à lista de livros publicados entre 60 e 70 sobre temas ambientais no Brasil.

Intelectuais de outras áreas também apoiaram o movimento, como Carlos Drummond de Andrade, Luís Fernando Veríssimo e Tom Jobim. Sirkis enxerga no movimento tropicalista, de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam e outros, uma raiz poética antecipadora da política verde no Brasil, com versos como “viva a mata-ta-ta, viva a mula-ta-ta” no país onde “os urubus passeiam a tarde inteira entre os girassóis”.

Até mesmo instituições religiosas, como a Igreja Católica, lançaram seu apoio. Em 1979 o lema da Campanha da Fraternidade era “Preserve o que é de todos”. O teólogo católico Leonardo Boff lançou em 1995 a obra *Ecologia*. Após lançar outros livros, repensou e acrescentou ao nome daquele os dizeres “Grito de Guerra, Grito dos Pobres”, em uma clara alusão à conclusão de que a Ecologia está intrinsecamente ligada ao social, uma vez que o homem depende da natureza, sendo inclusive parte dela.

Em seu livro *Como Fazer Movimento Ecológico* (1985) Carlos Minc já contabilizava mais de 900 entidades que defendiam a causa ambiental no Brasil. Hoje elas somam mais de 5.000, o que demonstra que o movimento no Brasil tende a se apoiar em diversas entidades pequenas ao invés de centralizar-se em uma grande ONG, talvez mais representativa. (SIRKIS, 1992:218).

No fim da década de 80, mais precisamente em 1986, foi criada a primeira célula do Partido Verde brasileira, no Rio de Janeiro. No entanto, a pauta ambiental já estava na agenda política de candidatos que, anteriormente, filiavam-se a partidos geralmente de oposição, como era o caso do PT e do PDT. O 1º parlamentar ecologista carioca, por exemplo, foi o deputado estadual Litz Vieira, que em 1982 elegeu-se pelo PT.

Enquanto o movimento ambientalista parecia se firmar principalmente no sul e sudeste brasileiros, com um caráter urbano e intelectual, no norte, mais precisamente no Acre, a luta dos seringueiros e dos povos da floresta ganhavam destaque mundial. Impulsionados pela chamada “colonização da Amazônia”, no período da Ditadura Militar, fazendeiros devastaram a floresta para fazer pastagens, colocando em risco a sobrevivência de índios, castanheiros e seringueiros.

O movimento era pacífico e consistia na tentativa de barrar, com o próprio corpo, os tratores e motosserras. Muitas vezes os manifestantes enfrentavam a violência policial e dos jagunços dos latifúndios. Em 1988 um dos líderes do movimento, Chico Mendes, foi assassinado. Sua morte teve repercussão na mídia em outros países, o que chamou a atenção internacional para os conflitos amazônicos.

Seu assassinato pode ter sido decisivo para a escolha do Brasil como palco do que seria um dos eventos mais importantes do mundo em termos ambientais: a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, também chamada de Rio 92. Importantes acordos e planos foram firmados, como a Agenda 21, uma lista de compromissos para mudança no padrão de desenvolvimento para o novo século.

No Brasil, de acordo com o jornalista Washington Novaes (1003:326)⁸ o documento teve como prioridades a gestão de recursos naturais, a agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura e integração regional e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Desde então a legislação ambiental deu grandes saltos, apesar de ainda sofrer com percalços burocráticos e jogo de interesses. O autor foi ainda um dos sistematizadores da Agenda 21 brasileira.

Chico Mendes deu nome ainda ao Instituto do Ministério do Meio Ambiente⁹, criado com a aprovação da lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, responsável pela gestão das Unidades de Conservação brasileiras, proposição de criação de novas áreas protegidas e apoio a reservas particulares do Patrimônio Natural.

Assim como em outros países do mundo, a imprensa teve aqui seu papel no ato de tornar públicas as discussões relativas ao meio ambiente, antes geralmente isoladas na editoria de Ciências dos periódicos. O Jornalismo Ambiental e seu papel nesse processo, aqui e no mundo, é tema do próximo capítulo.

⁸ NOVAES, Washington. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, André (Coord.) **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003

⁹ <http://www.icmbio.gov.br/> Acesso em outubro de 2010.

CAPÍTULO II – JORNALISMO AMBIENTAL

Este segundo capítulo pretende, por meio de um curto histórico, apresentar o surgimento do Jornalismo Ambiental, com foco no Brasil, relacionando-o com as principais Teorias do Jornalismo. A partir de seu estabelecimento como categoria jornalística, são listadas as suas principais características e funções, assim como são abordadas as perspectivas e a organização dos profissionais do jornalismo responsáveis pela cobertura de assuntos ambientais.

2.1 – Surgimento e aspectos teóricos relacionados

Em 1960, após uma visita à África Oriental, o inglês Julian Huxley escreveu três artigos sobre as ameaças à vida selvagem no continente africano, levantando a ideia da criação de fundos para a preservação da fauna. O semanário britânico *The Observer* publicou os artigos e, em setembro do mesmo ano, foi criado o *World Wildlife Fund*.

Dois anos depois, o periódico estadunidense *New Yorker* impulsionou a divulgação e as vendas de *Silent Spring*, com uma publicação prévia em série de trechos da obra. O livro impressionou o então presidente Kennedy, que solicitou a investigação da questão dos pesticidas. Foi criado o Comitê de Consultoria Científica da Presidência, que produziu um relatório crítico à indústria de pesticidas e ao governo federal. A revista *Science* divulgou o relatório, observando que ele era uma justificativa completa para o livro de Rachel Carson. Doze das substâncias mais tóxicas citadas no livro foram proibidas ou sofreram restrições ao longo da década de 60.

O apoio de segmentos da mídia a um tratado de proibição de testes nucleares em 1963 aumentou a percepção da população sobre os riscos das precipitações radioativas decorrentes dos testes, assim como o apoio da mesma ao tratado. (McCORMICK, 1992:56, 68 e 70)

No Brasil, Randau Marques¹⁰ foi um dos repórteres pioneiros a tratar de questões ambientais ao levantar, ainda no ano de 1964, na cidade de Franca, no interior de São Paulo, os perigos da contaminação dos trabalhadores das gráficas e fábricas de sapato por chumbo, assim como os efeitos dos então chamados 'defensivos agrícolas' nos rios e na saúde dos camponeses. Em 1968 ele foi preso em uma operação do regime militar, por ser considerado subversivo, mas seu trabalho se seguiu nos anos seguintes, no Jornal da Tarde.

Entre o período de 1966 e 1972 uma série de desastres ambientais foram manchetes de jornais em todo o mundo (desmoronamento de minas, naufrágio de petroleiros, etc). (McCORMICK,1992:70) Claro que graves acidentes ambientais aconteceram antes disso, mas a imprensa, ainda despreparada e desinformada em relação ao tema, não se aprofundava na cobertura. A partir do momento em que a mídia passou a divulgar os efeitos dos desastres com mais clareza, a sociedade tornou-se mais sensível aos problemas ambientais.

Não é mera coincidência. Cohen (1963: 72, apud TRAQUINA, 2003:18) afirmou que a imprensa pode não conseguir dizer às pessoas exatamente como pensar, mas tem espantosa capacidade de dizer a elas em quê pensar. Ou seja, aquilo que está na imprensa tem maior probabilidade de ser discutido na esfera pública, ganha mais visibilidade e tem maiores chances de direcionar mudanças sociais. É esse o princípio do que foi chamado por McCombs e Shaw (1972 apud TRAQUINA, 2003:13) de agenda – setting. De forma simplificada, os meios de comunicação de massa têm a capacidade de pautar os assuntos a serem debatidos, dando a eles existência pública.

“Se os mídia não nos dizem nada acerca de um tópico ou de um acontecimento, então, na maioria dos casos, ele existirá apenas na nossa agenda pessoal ou no nosso espaço vivencial”, esclarece McCombs (1973:3, apud TRAQUINA, 2003:22). O processo de agendamento (nome dado ao conceito em português), de acordo com Ebring, Goldenberg e Miller (1980, apud TRAQUINA, 2003:36) é interativo: a agenda pública também pauta a agenda jornalística. E isso é óbvio, uma vez que as notícias, principal produto do jornalismo contemporâneo, “não são ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA, 2005:20).

No entanto, os meios de comunicação de massa não são oniscientes e onipresentes, e sequer têm espaço suficiente para noticiar tudo o que acontece no mundo. Daí surgem os conceitos de noticiabilidade, que determinam o que é publicado ou não. O que vai virar

¹⁰ VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental** – evolução e perspectivas. Disponível em <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>> Acesso em outubro de 2010.

notícia, portanto, acaba sendo, no final, uma escolha editorial, como explica a Teoria do Gatekeeper:

O processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação as quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua “morte”, porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação. (TRAQUINA, 2005:150)

Somente quando as notícias ambientais passaram a ganhar mais atenção dos meios de comunicação de massa - fenômeno observado primeiro na Europa e depois na América - é que houve ampliação do debate ambiental na esfera pública, antes restrito basicamente à comunidade acadêmica.

“... é com grande influência dos meios de comunicação que a humanidade, hoje, toma contato com os problemas ambientais e procura rediscutir os seus modelos de desenvolvimento e sua atuação no meio ambiente” (RAMOS, 1995:14)

A abordagem de temas ambientais pelos meios de comunicação de massa é perceptível desde os anos 60, mas se intensificou mesmo no início da década de 70 do século XX. A partir daí, “reportagens de capa e manchetes de jornais proclamaram o advento do ambientalismo como uma questão pública fundamental” (McCORMICK, 1992:63). A revista *Time* previu que o assunto seria o principal da década de 70. A *Life* defendia que o movimento estava destinado a dominar a nova década.

Mas como, afinal, o assunto obteve acesso ao campo jornalístico? De acordo com as categorias estabelecidas por Molotch e Lester (1974/1993), as informações ambientais tornaram-se pautas jornalísticas por meio do acesso disruptivo¹¹. Essa modalidade prevê que acontecimentos que surpreendem, choquem ou provoquem certa agitação, ou seja, que quebrem a rotina social, não serão ignorados pela mídia. Para Molotch e Lester (1974/1993:45 apud TRAQUINA, 2005:188):

(...) os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos. Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e

¹¹ Disruptivo: que causa ou tende a causar disrupção, que rompe. Fonte: Dicionário da Encyclopaedia Britannica do Brasil, São Paulo, 1989:616.

acontecimentos. Essas atividades constituem de certa forma acontecimentos 'anti-rotina'.

A Conferência sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), teria sido o evento pioneiro na introdução de pautas ambientais na imprensa em escala mundial. (RAMOS, 1995:35). As manifestações do Dia da Terra, em abril de 1970, também cumpriram seu papel de chamar a atenção da mídia para a urgência dos problemas ambientais. A imprensa, no início, ainda se mostrou relutante, como no caso da *New Republic*, que classificou, pouco antes das manifestações, a “mania ecológica” como uma “válvula de escape para um presidente e um populacho demasiado baratos.” Mas seis meses depois a revista dedicou um número ao meio ambiente e admitiu que o Dia da Terra tinha sido “não somente um canal para as energias pacifistas frustradas, como pensávamos. Ele assinalou um despertar para os perigos da ditadura da tecnologia”. (McCORMICK, 1992:79-80)

No Brasil, as primeiras manifestações de jornalismo ambiental foram isoladas. O ex funcionário da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, Henrique Luís Roessler escreveu 303 crônicas jornalísticas semanais sobre a proteção da natureza entre os anos 57 e 63, publicadas no jornal gaúcho *Correio do Povo*. (CARNEIRO, 2003:23).

Em maio do mesmo ano a revista *Realidade* lançou uma edição especial com 288 páginas sob a manchete de capa “Nossas Cidades”. Para Belmonte (2004:16)¹², essa teria sido “a mais completa investigação jornalística já publicada pela imprensa brasileira sobre a urbanização do país e do mundo”. O diagnóstico da reportagem especial é revelado na Carta do Editor, escrita por Vítor Civita: as nossas cidades, já naquela época, estavam doentes.

Mas o fato considerado marco para o jornalismo ambiental brasileiro é mesmo o já comentado protesto protagonizado pelo estudante mineiro Carlos Dayrel, em 1975, que subiu em uma árvore em Porto Alegre para impedir que a mesma fosse derrubada. Foi uma das primeiras manifestações 'anti-rotina' a ganhar as páginas dos jornais em todo país, imortalizando a foto do estudante em cima da acácia, que, no fim das contas, permaneceu de pé.

Na década de 80, o interesse mundial por questões ambientais se ampliou com a descoberta do buraco na Camada de Ozônio e das possíveis consequências do aquecimento global, supostamente potencializado pela atividade humana (JACOBI, 1999:177)¹³. O embate

¹² BELMONTE, R. V. Cidades em Mutação. In: VILAS BOAS, Sérgio (org.). **Formação e Informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

¹³ JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: CEPAM (org.) **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: CEPAM, Ed. Especial, 1999.

entre povos da Amazônia - representados principalmente pelos seringueiros - e os fazendeiros da região foi destaque nas mídias brasileiras, mas ecoou também no exterior, no final dos anos 80, principalmente após a morte do líder Chico Mendes.

Logo no início da década de 90 uma conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada desta vez no Brasil, trouxe de vez o assunto para a pauta do dia em praticamente todos os veículos de comunicação brasileiros. A Rio 92, como também ficou conhecida, teve tamanha importância que sacramentou, finalmente, a pauta ambiental em todos aqueles veículos que ainda a ignoravam. (TRIGUEIRO,2003:81):

Nove mil jornalistas foram credenciados para cobrir o maior evento de todos os tempos até então, e também os encontros paralelos, com destaque para o Fórum Global. Os veículos de comunicação do Brasil responderam rápido à demanda por notícias desse novo e intrigante filão: o meio ambiente. Novos cadernos e suplementos foram criados, numa saudável competição para ver quem conseguia explicar melhor a complexa pauta do encontro (...). Nunca, em nenhum outro período da História se falou tanto em meio ambiente.

Ramos (1995) dedicou uma obra inteira à análise da cobertura ambiental antes, durante e depois da Rio 92 e constatou que, durante a conferência, houve uma espécie de “superexposição” do assunto meio ambiente. No entanto, nos meses que se seguiram, o assunto mergulhou em uma fase de abstinência e teria sido praticamente esquecido, reforçando a ideia de que ambientalismo é “moda”. Nesse caso, a imprensa da sociedade capitalista reflete o seu compromisso quase único com a informação imediata. Isso explicaria também o fato de que a maioria das pautas tratadas na época envolvia aspectos econômicos, como “ecomercado”, por exemplo. (RAMOS, 1995:149)

Apesar da cobertura da Rio 92 ter deixado a desejar em vários aspectos, ainda assim, deve ser creditada à conferência a introdução de certos vocábulos no dia a dia do brasileiro, como biodiversidade e sustentabilidade. Foi a partir dela também que, de acordo com Trigueiro (2003:82), uma nova geração de jornalistas encontrou espaço em um mercado mais arejado e menos preconceituoso em relação aos assuntos ambientais.

Outras conferências da ONU revisitaram a Eco 92, como a Rio +10 realizada em 2002 em Joanesburgo, na África do sul e, mais recentemente, a COP 15, em Copenhague, na Dinamarca, realizada em dezembro de 2009, também garantiram fluxo de assuntos ambientais na mídia maior do que o habitual. O mesmo continua a acontecer em relação a desastres ambientais, como terremotos (por exemplo os do Haiti e Chile, em 2010), enchentes, deslizamentos de terra, etc.

2.2 Conceitos, funções e desafios

O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo. Parece óbvio, mas é importante que se faça a observação para entender que alguns aspectos do J.A. são comuns ao jornalismo como um todo.

Traquina (2005) traz algumas possíveis definições do que vem a ser, afinal, o jornalismo:

Poeticamente podia-se dizer que o jornalismo é a vida, tal como é contada nas notícias (...) dividida em seções que vão da sociedade, a economia, a ciência e ao ambiente, à educação, à cultura, à arte, aos livros, aos *media*, à televisão, e cobre o planeta com a divisão do mundo em local, regional, nacional (onde está essencialmente a política do país) e internacional. (2005:19)

Os jornalistas, acredita Traquina, definiriam o jornalismo como a realidade, uma vez que, como já ressaltado anteriormente nesse capítulo, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas. Ou o jornalismo seria ainda um conjunto de estórias, vez que “os jornalistas vêem os acontecimentos como 'estórias' e as notícias são construídas como 'estórias', como narrativas.” (2005:21).

O jornalismo ambiental, em uma definição simplificada e prática de Wilson Bueno, pode ser entendido como:

... o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. (2007:35)

Dentro desse universo, retomando o seu próprio conceito de meio ambiente, (*rever capítulo 1, página 17/18*), Bueno traça uma quantidade considerável de pautas que podem ser classificadas como ambientais:

O desenvolvimento e a proteção da fauna e da flora; a diversidade biológica ou biodiversidade; a poluição em suas várias formas; as mudanças climáticas; as condições da água e do solo; o consumo consciente; a sociodiversidade, que prevê a relação do homem com o seu entorno; os resíduos domésticos e o lixo industrial; as condições de produção de alimentos; a produção, conservação e utilização de energia; as condições de habitação; as comunidades biológicas; o crescimento e a regulação populacional; a embalagem e a reciclagem; o saneamento e o tratamento de efluentes industriais; os agrotóxicos e os fertilizantes químicos em geral; a ocupação desordenada do solo urbano; o conhecimento e o saber das populações tradicionais e assim por diante. (2007:35)

Em relação às funções, Traquina é objetivo ao definir o papel central do jornalismo na teoria democrática: informar o público sem censura (2005:22). Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003:31 apud GIRARDI, SCHWAAB, et al.2008:16) vão um pouco mais além e entram no campo dos efeitos que o jornalismo pode ter sobre a sociedade: “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar.” Ambas as definições concentram-se na função principal do jornalismo, que é a função informativa.

O jornalismo ambiental também tem de ser informativo. No entanto, de acordo com Bueno (2005:35-36), essa seria apenas uma de várias outras funções que o J.A. deve exercer, das quais ele destaca duas: as funções pedagógica e política.

A função pedagógica pretende explicitar as causas e as soluções para os problemas ambientais dos quais o público é informado, indicando caminhos que incluam a participação ativa da sociedade e possibilitando a real superação desses problemas. A função política seria responsável por mobilizar os cidadãos para que enfrentem os interesses daqueles que causam agravamento da questão, como empresários que se recusam a investir em práticas não sustentáveis e até mesmo governos, que muitas vezes são coniventes com as ações desses empresários e não investem em políticas públicas que reduzam a degradação ambiental.

A desinformação da sociedade em relação às soluções encontradas em diversas partes do mundo para problemas urbanos comuns, aliada à falta de planejamento de longo prazo, à descontinuidade dos projetos e à má qualidade dos gestores públicos explicam, de acordo com Trigueiro (2008:39)¹⁴ a perda expressiva de qualidade de vida nas cidades. Assim, boa cobertura ambiental “precisa fundamentalmente desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências, ou seja, dando condições para que o cidadão comum participe do debate (DORNELLES, 2008:45)¹⁵. Essas funções do J.A. podem ser classificadas como interdependentes, pois somente quando o cidadão tem subsídios suficientes para participar do debate, é que ele pode tornar-se figura ativa na sociedade, ou seja, agir politicamente.

¹⁴ TRIGUEIRO, André. Cidades Sustentáveis. In: GIRARDI, I.M.T., SCHWAAB, Toni (*et. al.*) (org.) **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

¹⁵ DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI, I.M.T., SCHWAAB, Toni (*et. al.*) (org.) **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

Nesse contexto, o jornalismo ambiental atua em um projeto maior, o da educação ambiental. De acordo com documento preparatório para a Eco-92,

...a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual no presente e no futuro. (DIAS, 1993:27)

Em 1999 o governo brasileiro reconheceu a importância da educação ambiental sancionando a lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, de acordo com a qual um dos objetivos fundamentais da educação ambiental seria a democratização da informação ambiental (artigo 5º, inciso II). (BELMONTE, 2004:36). Diante da crise ecológica, essa democratização da informação ambiental deixa de ser estratégica e passa a ser obrigatória, por isso o “jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social.” (2004:35)

O jornalismo ambiental, ao caracterizar-se como engajado, rompe um paradigma comum existente desde o final do século XIX: a ideia de que o jornalista deve ficar neutro e abster-se de opinião ou quaisquer comentários. “O meu trabalho é comunicar fatos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os fatos, sejam eles quais forem.”, defendeu o correspondente da *Associated Press* em Washington ainda no ano de 1856. (READ, 1976:108 apud TRAQUINA, 2005:147-148).

Essa ideia daria origem à Teoria do Espelho, que acredita que “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”. (TRAQUINA, 2005:146). Essa, que é a mais antiga das teorias do jornalismo, foi posta em cheque pelo desenvolvimento das Teorias Construcionistas, que defendem que:

os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico (Altheide, 1976), as limitações orçamentais (Epstein, 1973), a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (Tuchman, 1978)” (2005:168)

e das Teorias de Ação Política, para as quais “as notícias são as distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção de sua visão de mundo, da sociedade, etc.” (2005:163)

No caso do jornalismo ambiental, as notícias são construídas tomando partido

... em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três “R” do lixo – reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à ideia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, em que o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores [consumistas] se sobrepõem aos interesses dos cidadãos.” (TRIGUEIRO, 2005:300)

Nesse ponto, convém diferenciar jornalismo de comunicação. Ambos são processos que têm alguns objetivos comuns, como a circulação e a troca de experiências, emoções, informações e conhecimentos. Mas eles são diferentes em amplitude.

Bueno (2007:34) define comunicação ambiental como “todo o conjunto de ações, estratégias, produtos, planos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental”, enquanto o jornalismo ambiental, apesar de pertencer ao conjunto da comunicação ambiental, diz respeito apenas às manifestações jornalísticas e ao trabalho realizado por profissionais que atuam na imprensa. Para ele, o jornalismo ambiental, por “propor-se política, social e culturalmente engajado” e participar de “um jogo nada implícito de interesses”, é visto não apenas como o “exercício de uma atividade produtiva e remunerada”, mas sim “consciente e militante sempre.” (2005:36)

Todas essas características do jornalismo ambiental revelam também desafios. O primeiro deles pode ser considerado o exercício da visão sistêmica, dificultado pela divisão das publicações em editorias como meio ambiente, saúde, automobilismo, agropecuária, cultura, entre outros, que reforçam uma visão recortada do todo. Ilza Girardi e Reges Schwaab (2008:17) lamentam que esses cadernos sigam “o modelo noticiário, não contribuindo de uma forma mais completa com a formação do leitor”, ao invés de serem o espaço do aprofundamento e da contextualização dos temas.

Trigueiro (2003:82) cita o exemplo dos engarrafamentos nas cidades, que já são vistos como algo comum. Poucos são os meios de comunicação que se atrevem a fazer uma análise mais aprofundada do fenômeno, levantando as consequências como perda econômica, de saúde e maior exposição à violência. Essas questões costumam ser todas jogadas, em separado, na editoria de cidades, sem que se faça uma “abordagem mais holística, integrada, relacional – numa palavra: ambiental.” Para o autor, “uma das premissas do jornalismo ambiental é perceber a realidade que nos cerca de um ângulo mais abrangente, privilegiando a qualidade de vida no planeta e do planeta.”

Esse olhar míope, que não se preocupa com o contexto e as previsões, é um dos elementos que Regina Scharf (2004:52) aponta como “atentados da mídia contra o bom

jornalismo ambiental”. Além disso, entram na lista a folclorização das ONGs, as temáticas vazias e o maniqueísmo que insiste em polarizações como ONGs x empresa ou ONGs x governos.

Um segundo desafio está relacionado com o modelo econômico vigente. Na sociedade capitalista, os meios de comunicação de massa são geralmente subsidiados por empresas anunciantes. Herman e Chomsky, fazendo uso da Teoria da Ação Política, defendem que “os media reforçam os pontos de vista do *establishment* (o poder instituído) devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação social e dos anunciantes” (1989 apud TRAQUINA, 2005:164-165).

Ao mesmo tempo em que o jornalismo ambiental “ameaça os interesses das empresas públicas ou privadas que agem na contramão da sustentabilidade” (TRIGUEIRO, 2003:84), os constrangimentos organizacionais (TRAQUINA, 2005:153) podem fazer com que o jornalista acabe por ser 'socializado' na política editorial da organização. Isso quer dizer, basicamente, que dificilmente o jornalista se atreverá a propor e executar uma pauta que denuncie algum dos anunciantes do veículo, e, caso chegue a fazê-lo, a tendência é que a matéria não passe pelo crivo dos chefes de edição.

Esse fator, aliado à popularização do tema ambiental na mídia, deu origem a outro fenômeno que se configura também como um desafio ao jornalismo ambiental, a chamada 'maquiagem verde'. O termo, adotado por Trigueiro (2003:84), refere-se ao “marketing ambiental que constrói uma imagem ecologicamente correta sem a devida contrapartida no mundo real”, prática que “vem se consolidando como uma alternativa para os executivos que agem de má-fé.” ONGs ambientais como o Greenpeace tentam ainda, por meio de comunicados e listas, denunciar os praticantes da maquiagem verde, mas muitas vezes a informação chega tarde demais às redações.

Talvez por propor uma mudança no sistema de desenvolvimento vigente, os temas ecológicos sofram uma espécie de preconceito. “O meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica.”, opina Belmonte (2004:21). O imediatismo impregnado na sociedade contemporânea torna grande parte das pautas ambientais supostamente desinteressantes, porque não têm o apelo do factual e dizem respeito a efeitos que serão sentidos daqui a alguns anos, como por exemplo, a escassez da água, a progressão geométrica do volume do lixo e a desertificação dos solos. (TRIGUEIRO, 2003:81).

Outro desafio é driblar a falta de estatísticas na área ambiental, assumida pelo ex presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sérgio Besserman:

...nem os registros administrativos, nem empresas, nem cidadãos estão preparados para responder sobre impactos causados ao meio ambiente, e, ao “perguntarmos” aos ecossistemas sobre esses impactos, eles nos oferecem respostas em sua própria linguagem, que ainda estamos distantes de saber ouvir e compreender adequadamente (2003:98)

Superar as lacunas de informações (mais precisamente de estatísticas) ambientais é mais um desafio do jornalismo ambiental para o século XXI. No entanto, desde 2003, o enfrentamento desse desafio parece ter dado um grande passo. A lei nº 10.650/03, proposta em 1998 pelo ex-deputado Fábio Feldmann e sancionada em 16 de abril pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva garante o acesso público aos dados e às informações ambientais dos órgãos e entidades de administração pública vinculados ao Sistema Nacional de Meio Ambiente, o que facilita o trabalho dos jornalistas ambientais. (BELMONTE, 2004:24-25)

O jornalismo ambiental padece ainda de um problema de cunho educacional: são oferecidos pouquíssimos cursos na área. Trigueiro (2003:83) espanta-se com a escassez na oferta de cursos voltados para meio ambiente para estudantes de comunicação e jornalistas profissionais.

Enfrentar todos esses desafios é tarefa árdua e mostra que jornalismo ambiental não é toda produção jornalística que tenha como tema central o meio ambiente. É preciso que a abordagem vá além, superando todos esses problemas e cumprindo todas as funções aqui destacadas.

2.3 - Os profissionais por trás das pautas ambientais

Os primeiros jornalistas a dedicarem-se à cobertura de pautas ambientais foram, de acordo com Trigueiro (2005:300), autodidatas que “se tornaram especialistas em meio ambiente sem diploma”. Como exemplos bem sucedidos dessa geração, ele cita Washington Novaes, que chegou a ser secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal (1991-92) e Hiram Firmino, que também ocupou um cargo público em Belo Horizonte (1987-88).

Hoje, apesar da proliferação de cursos de jornalismo no Brasil a partir de 1969, quando foi regulamentada a profissão, o jornalista que optar por dedicar-se aos assuntos ambientais ainda tem que ter um 'quê' de autodidatismo. Isso porque a oferta de cursos na área

tanto para profissionais quanto para estudantes de comunicação é muito pequena, e tende ainda a diminuir depois da decisão do Supremo Tribunal Federal de abolir a exigência do diploma para a prática do jornalismo.

Uma das alternativas ao problema da falta de especialização na área é unir-se em grupos com os demais interessados para que haja troca de informações e debates sobre o assunto. A primeira entidade de jornalismo ambiental nesse sentido surgiu na França, no período em que acontecia a Conferência da Biosfera, em Paris. Mas a prática de unir a categoria em grupos ganharia força mesmo apenas no fim da década de 80 e início da década de 90.

No Brasil, em 1989, foram realizados os primeiros encontros de jornalistas ambientais: o seminário “Imprensa e o planeta”, promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e o seminário para jornalistas sobre “População e meio ambiente”, promovido pela Federação Nacional de Jornalistas, a Fenaj. Destas reuniões surgiu o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, pioneiro no Brasil. (BELMONTE, 2004:26). No mesmo ano, nos Estados Unidos, era criada a *Society of Environmental Journalists*, cujo objetivo era “melhorar a qualidade das reportagens sobre meio ambiente por meio de palestras e encontros que qualificassem os profissionais” (MENDES, 2006:17).

Um dos resultados da Eco 92 foi a criação, um ano depois, da Federação Internacional de Jornalistas de Meio Ambiente, em uma reunião em Dresden, na Alemanha. Ainda durante os preparativos da conferência sobre Meio Ambiente, surgiu a ideia de criar um grupo que unisse os jornalistas ambientais a nível nacional. A Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) foi finalmente criada em 1998, aproveitando-se da popularização da internet. Roberto Vilar Belmonte e João Batista Santafé Aguiar centralizavam a rede social, que com o passar dos anos foi ganhando cada vez mais adeptos, entre profissionais e estudantes interessados em discutir online assuntos relacionados a meio ambiente.

De acordo com o site da entidade AgirAzul¹⁶, a RBJA é um espaço para:

- 1) a discussão do jornalismo ambiental;
- 2) a integração dos jornalistas que cobrem meio ambiente nas regiões mais diversas do país;
- 3) a divulgação de sugestões de pauta, matérias interessantes, cursos, encontros e prêmios com interface relacionada ao jornalismo ambiental;
- 4) o encaminhamento de pedidos e sugestões de fontes especializadas.

¹⁶ Agir Azul. <<http://www.agirazul.com.br/rbja.htm>> Acesso em outubro de 2010

Hoje a RBJA está migrando gradativamente do Yahoo Groups para uma espécie de rede social¹⁷ com plataforma semelhante à do Orkut e de outras redes sociais.

Fernanda Petrarca esclarece que são três as principais modalidades de inserção dos comunicadores no jornalismo ambiental:

... aqueles que iniciaram o contato com a temática ambiental através de jornais comerciais; aqueles que começaram a se envolver com a temática ambiental através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e aqueles cuja inserção ocorreu através do contato com entidades ambientalistas. (2002:109-110)

Os primeiros teriam iniciado um contato com as notícias ambientais trabalhando nas seções gerais e, geralmente, continuam a trabalhar com diversidades, sem se especializarem, cobrindo temas ambientais esporadicamente. Os segundos, pelo contrário, podem até ter tido acesso pelas chamadas 'vias comerciais', mas gostaram em particular desses temas e tiveram a oportunidade de se setORIZAREM, a ponto de dedicarem-se apenas à cobertura de meio ambiente. Os últimos são aqueles que, já envolvidos com a temática anteriormente, procuram no exercício do jornalismo ambiental mais um canal para ajudar a causa.

O primeiro, apesar de exercer vez ou outra o jornalismo ambiental, não é jornalista ambiental propriamente dito. É sim um jornalista de variedades. Já os dois últimos casos podem ser considerados jornalistas ambientais. Aqueles que se setORIZAM, mas continuam trabalhando em espaços destinados a um público diversificado, ou seja, em publicações ou programas não especializados, têm a dificuldade de ter que disputar espaço com temas geralmente mais factuais e que afetam a vida das pessoas de imediato, o que não seria o caso do meio ambiente, que muda geralmente a longo prazo. Isso faz com que a maioria das pautas ambientais desse tipo de imprensa não sejam aprofundadas e tratem geralmente de denúncias, repercussão ou escândalos.

Por isso, segundo Trigueiro (2003:84), “idealistas e apaixonados, os profissionais de imprensa que se sentem atraídos por esse filão de notícias buscam espaço muitas vezes em jornais e revistas alternativos, fora da grande mídia.” Eco-21, Ecologia & Desenvolvimento, Gerenciamento Ambiental, Folha do Meio Ambiente, Jornal do Meio Ambiente, Meio Ambiente Industrial, Saneamento Ambiental e Terramérica são, entre outros, exemplos de publicações especializadas em meio ambiente, para onde os jornalistas ambientais - muitas

¹⁷ <<http://grou.ps/rbja/home>>

vezes sufocados pelas condições de trabalho e constrangimentos organizacionais nas empresas jornalísticas comuns - geralmente migram.

Outra característica dos jornalistas ambientais, já comentada anteriormente de forma superficial, é a tomada de partido. Dornelles (2003:45) falando em nome de todos os demais, caracteriza o papel que o jornalista ambiental deve exercer:

Nos tempos atuais, não queremos mais ser neutros, observadores e, às vezes, críticos. Queremos ter um papel mais relevante, queremos contribuir para a dinamização da participação dos cidadãos nas questões que envolvem políticas públicas.

Sendo assim, para que essa vontade se realize, os jornalistas ambientais, além de engajados, devem ser capazes de traduzir as informações científicas ambientais de forma a realmente democratizá-las, deixando de lado o cientificismo que afasta os leigos, mas sem exagerar na simplificação que traz prejuízo aos conceitos. “Como cada produto jornalístico alcança um público-alvo diferente, com maior ou menor nível de informação, cada caso demanda cuidados específicos”, esclarece Trigueiro (2003:78)

Finalmente, o profissional do jornalismo ambiental não pode se deixar levar pela segmentação do campo jornalístico, perdendo sua capacidade de olhar para o todo. Como afirma Belmonte (2004:16), o repórter deve ser capaz de juntar as pontas para mostrar o nexo entre assuntos tradicionalmente desconectados na colcha de retalhos do noticiário cotidiano.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Este último capítulo apresenta a análise do conteúdo jornalístico relacionado a meio ambiente publicado nas revistas estudadas. O conteúdo de cada publicação é examinado, em separado, quantitativa e qualitativamente, a fim de explicitar a quantidade de matérias sobre meio ambiente, os temas que são abordados com mais frequência, as fontes mais ouvidas e, por fim, traçar as características da abordagem do conteúdo ambiental naquele veículo, de acordo com parâmetros difundidos na área, como a visão sistêmica. No último tópico, os dados coletados e interpretados de todas as revistas são comparados entre si, possibilitando uma análise do exercício do jornalismo ambiental nas revistas não especializadas brasileiras.

3.1 – Revista *Carta Capital*

A revista *Carta Capital*, fundada em 1994 pelo jornalista Mino Carta, define-se como uma revista semanal de política, economia e cultura. Seu público alvo seria, de acordo com o site da publicação¹⁸, “o leitor que procura conteúdo mais elaborado e analítico”. A revista assume ainda uma postura diferente das demais publicações analisadas, ao revelar que explora as suas opiniões editoriais sobre todos os assuntos por ela abordados. A tiragem semanal¹⁹ é de cerca de 73.400 exemplares.

3.1.1 – Dados quantitativos

Carta Capital possui uma média de 76 páginas por edição, das quais cerca de 65 apresentam algum tipo de conteúdo jornalístico, enquanto 11 são destinadas apenas a publicidade. A revista tem, portanto, 85% de conteúdo jornalístico.

¹⁸ Informações disponibilizadas no site < <http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc>>. Acesso em novembro de 2010.

¹⁹ O site da Carta Capital não disponibiliza esse dado. O número foi encontrado na Wikipédia. < <http://pt.wikipedia.org/wiki/CartaCapital>>. Acesso em novembro de 2010.

Cada uma das 13 edições pesquisadas apresenta pelo menos uma reportagem ou artigo relacionado ao tema. Foram separadas 22 reportagens, 11 artigos, 6 entrevistas e 1 editorial para compor a amostra. Dentro desse universo, 2 reportagens, 3 artigos e 2 entrevistas abordam o tema de forma secundária, ou seja, não é o objeto principal da matéria jornalística.

Tabela 1 – Incidência de matérias ambientais por mês

TIPOS DE MATÉRIAS	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Reportagens	11	3	8
Artigos	6	2	3
Entrevistas	3	1	2
Editoriais	1	0	0
Guias	0	0	0
TOTAL	21	6	13

O mês em que houve maior número de ocorrências foi em junho, em um total de 21, concentrando 52,5% de todas as matérias analisadas durante os três meses. Essa discrepância explica-se pela Seção Especial “Carta Verde”, que faz parte do conteúdo da edição nº 602, do dia 30 de junho. A Seção, que está em sua terceira edição, é, sozinha, responsável por 3 reportagens, 2 entrevistas e 1 editorial. Outra possível justificativa para a concentração de matérias em junho seria a comemoração do Dia Internacional do Meio Ambiente, no dia 5.

Os assuntos abordados foram divididos em duas macro-categorias: “ecossistemas naturais” e “ecossistemas humanos” (*rever Procedimentos Metodológicos, pg. 16*). Dentro delas, os assuntos foram da seguinte forma dispostos:

Tabela 2 - Assuntos abordados e quantidade de ocorrências

ECOSSISTEMAS NATURAIS	ASSUNTOS	Nº DE OCORRÊNCIAS
	Amazônia	4
Desmatamento	3	
Intempéries naturais	2	
Recursos naturais	2	
Clima	1	

ECOSSISTEMAS HUMANOS	Energia	6
	Agronegócio	6
	Transportes	5
	Sustentabilidade	5
	Poluição	3
	Legislação ambiental	2
	Ambientalismo	1
	Ideias antiecológicas	1
TOTAL		41

Os assuntos mais abordados são energia e agronegócio, cada um com 6 ocorrências. Ambos pertencem à macro-categoria “ecossistemas humanos”, responsável por 29 ocorrências, o que representa 70,7% do total, enquanto a categoria “ecossistemas naturais” é responsável por apenas 12, ou seja, 29,3% das ocorrências.

As fontes foram divididas em três grandes categorias, de acordo com metodologia de Nilson Lage (*rever Procedimentos Metodológicos, página 16*): fontes oficiais, oficiosas e independentes.

Tabela 3 – Fontes e suas ocorrências

	Categorias	Ocorrências
FONTES OFICIAIS	Políticos, Governos e Ministérios	20
	Instituições	50
	Iniciativa Privada	12
	Outros	4
	Profissionais vinculados a universidades	11
FONTES OFICIOSAS	Demais instituições	5
	Outros	1
FONTES INDEPENDENTES		21
TOTAL		124

A maioria das fontes consultadas é oficial, correspondendo a 69,35% do total. Em seguida, as fontes independentes representam 16,93% e as oficiosas correspondem a 13,70%.

As fontes oficiais mais consultadas foram ministérios (11) e institutos (8). Nas oficiosas, destaque para professores vinculados a universidades (8) e pesquisadores (2). Nas fontes independentes, articulistas e candidatos a cargos públicos respondem por três ocorrências cada.

3.1.2 – Análise de Conteúdo

Carta Capital, apesar de definir-se como uma revista de política, economia e cultura, é a publicação que mais dedicou matérias ao tema ambiental em relação às demais revistas analisadas. Isso significa que sua linha editorial compreende a transdisciplinaridade inerente ao meio ambiente e o explora em meio a diversos outros assuntos. A ocorrência de matérias em que o tema aparece de forma secundária pode ser compreendida como uma prova disso. Nessas matérias, apesar de não ser o foco principal, o meio ambiente aparece como uma das categorias a serem consideradas em meio a outras. Ainda assim, na maioria das matérias, o foco é algum aspecto relacionado a meio ambiente, e nesses casos é que se revela uma análise mais aprofundada do assunto.

Das três revistas, é a única que publicou, no período analisado, um encarte especial sobre o assunto, o 3º exemplar da seção “Carta Verde”²⁰. Além disso, *Carta Capital* publicou também uma série de três matérias com o tema “energia”²¹.

A maioria das matérias posiciona-se em favor ao meio ambiente, ou seja, é militante, característica imprescindível ao bom jornalismo ambiental. Um exemplo é o artigo²² “Equação Sustentável”²³. Logo no olho, a afirmação de que o Brasil precisa aprender a crescer sem práticas predatórias deixa isso bem claro. A opção por destacar a afirmação de que “Desenvolvimento sustentável não é entrave nenhum para uma economia sadia e

²⁰ Carta Capital, edição nº 602, de 30 de junho de 2010, pg. 35-57

²¹ _____, edição nº 609, de 18 de agosto de 2010, pg. 35

²² Apesar de ter uma estrutura de reportagem, como a matéria é altamente opinativa, foi classificada como artigo, o que também aconteceu com outras matérias em Carta Capital.

²³ Carta Capital, edição nº599, de 9 e junho e 2010, pg. 50

responsável” demonstra que a revista acredita na mudança do modo de desenvolvimento, sem prejuízo para o aspecto econômico.

Em outro trecho, ao afirmar que “O crescimento econômico esperado para os próximos anos deve ser acompanhado de políticas ambientais que pensem o modelo de desenvolvimento e de contrapartida das empresas de forma integrada“, o artigo, além de educar, desenvolve uma visão sistêmica, na qual a participação de todos, inclusive da iniciativa privada, seria pré-requisito para o impulso do desenvolvimento sustentável.

Na reportagem “O desafio energético”²⁴, a revista demonstra simpatia pelas hidrelétricas e antipatia às polêmicas fontes térmicas, derivadas de petróleo. Ainda na mesma edição, o artigo “Ler Guimarães Rosa”²⁵ cita o cuidado com nosso patrimônio natural como uma das sugestões para o Brasil melhorar.

A reportagem “Vermelho versus verde”²⁶, integrante da seção especial “Carta Verde”, ao classificar a proposta de mudança no Código Florestal como polêmica, demonstra tom pertinente de questionamento. A escolha das fontes, entre elas a Frente Parlamentar Ambientalista, a ministra do Meio Ambiente e a ONG S.O.S. Mata Atlântica reflete o posicionamento da revista. No entanto, o deputado Aldo Rabelo, autor da proposta, também é ouvido, o que denota prática de um jornalismo justo, disposto a ouvir os dois lados da questão. Essa visão questionadora em relação às mudanças no Código Florestal é reforçada na reportagem “Aos camaradas ruralistas”²⁷.

Para reforçar a clara posição do periódico em favor do meio ambiente, a reportagem “A polêmica do arroz”²⁸, também da seção Carta Verde, destaca uma fala contrária à liberação da semente transgênica.

A revista, porém, também comete falhas, como na reportagem “A ‘Arábia verde’ acorda no canavial”²⁹, que aborda o uso da cana de açúcar como biocombustível, mas não questiona os danos no solo causados por esse tipo de monocultura em longo prazo. A revista, nesse caso, cai em tentação e se concentra apenas nas vantagens econômicas para o Brasil, deixando de analisar o assunto de forma sistêmica.

No entanto, em linhas gerais, a opção editorial de *Carta Capital* é favorável ao meio ambiente, as matérias são capazes de informar, educar e politizar e, em sua maioria, denotam uma análise sistêmica dos assuntos tratados.

²⁴ Carta Capital, edição nº 600, de 16 de junho de 2010, pg. 46

²⁵ _____, _____, _____, pg. 80

²⁶ _____, edição nº 602, de 30 de junho de 2010, pg. 52

²⁷ _____, edição nº604, de 14 de julho de 2010, pg. 20

²⁸ _____, edição nº 602, de 30 de junho de 2010, pg. 56

²⁹ _____, edição nº 609, de 18 de agosto de 2010, pg. 40

3.2. – Revista *IstoÉ*

A revista *IstoÉ* foi fundada em 1976, também por Mino Carta. Sua circulação é de cerca de 362 mil exemplares ³⁰.

3.2.1 – Dados Quantitativos

A Revista *IstoÉ* tem em média 124 páginas por edição, das quais cerca de 80 apresentam algum conteúdo jornalístico e 43 são reservadas à publicidade. O conteúdo jornalístico ocupa, portanto, 64% do total de páginas por edição.

Das 13 edições pesquisadas, todas apresentam pelo menos uma matéria sobre meio ambiente.

Tabela 4 - Incidência de matérias ambientais por mês

TIPOS DE MATÉRIA	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Reportagens	12	8	8
Artigos	0	0	0
Entrevistas	1	1	1
Editoriais	2	0	0
Guias	1	0	0
TOTAL	16	9	9

O mês de junho contabiliza o maior número de matérias relacionadas ao tema meio ambiente, e corresponde sozinho a 47,05%, com clara predileção editorial a reportagens, responsáveis por 87,5% das matérias analisadas.

³⁰ O site da revista não apresenta nenhuma descrição sobre ela mesma. Os dados foram obtidos pela Wikipédia < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Isto%C3%A9>>. Acesso em novembro de 2010.

A amostra é composta por 28 reportagens, 3 entrevistas, 2 editoriais e um guia. Em apenas uma reportagem o tema aparece de forma secundária.

Tabela 5 – Assuntos abordados e ocorrências

	ASSUNTOS	Nº DE OCORRÊNCIAS
ECOSSISTEMAS NATURAIS	Biodiversidade	4
	Mudanças climáticas	3
	Recursos naturais	2
	Intempéries naturais	2
	Conservação de áreas verdes	1
	ECOSSISTEMAS HUMANOS	Consumo consciente
Energia		6
Sustentabilidade		5
Políticas públicas		2
Agronegócio		1
Consumismo		1
Poluição		1
Infraestrutura		1
Contato homem/natureza		1
TOTAL		36

A macro-categoria “ecossistemas humanos”, responsável por 24 ocorrências, representa 66,7% do total, enquanto a macro-categoria “ecossistemas naturais”, com 12 ocorrências (metade em relação à outra), responde por 33,3%. Os assuntos mais abordados são consumo consciente e energia, seguidos de sustentabilidade e biodiversidade.

A classificação das fontes ficou desta forma distribuída:

Tabela 6 – Fontes e suas ocorrências

	Categorias	Ocorrências
FONTES OFICIAIS	Políticos, governos e ministérios	13
	Instituições	31

	Iniciativa privada	13
	Outros	2
FONTES OFICIOSAS	Profissionais ligados a universidades	14
	Demais instituições	5
	Outros	2
FONTES INDEPENDENTES		22
TOTAL		102

A maioria das fontes consultadas é oficial, correspondendo a 57,84% do total. Em seguida, as fontes independentes representam 21,56% e as oficiosas correspondem a 20,58%.

As fontes oficiais mais consultadas foram empresas (11) e ministérios (7). Nas oficiosas, destaque para professores vinculados a universidades (7) e pesquisadores (2). Nas fontes independentes, 13 pessoas, de diferentes profissões, respondem como civis comuns.

3.2.2 – Análise de Conteúdo

A *Istoé* mantém a coluna fixa “Sustentável” em todas as edições, garantindo assim que a temática ambiental seja tratada em todos os números. No entanto, em 11 das 13 edições analisadas, o meio ambiente também é abordado em outras páginas, o que garante que a reserva de um espaço fixo para o tema não prejudica uma possível abordagem transdisciplinar.

Em três dessas colunas, *Istoé* é bastante educativa, como ocorre na reportagem “As armadilhas do consumo verde”³¹, que ensina ao leitor como identificar os verdadeiros certificados nos produtos que se dizem ecologicamente corretos.

A divulgação de produtos sustentáveis também é uma constante nesse espaço. Um exemplo é a reportagem “Beleza preservada”³², que tem um certo tom ativista, sem o olhar voltado apenas para o aspecto econômico, mas cita o nome de várias empresas de cosméticos. Essa atitude de citar o nome de empresas gera a dúvida em relação à intenção da revista.

³¹ *Istoé*, edição nº 2116, de 2 de junho de 2010, pg. 109.

³² _____, edição nº2120, de 30 de junho de 2010, pg. 85

Trata-se de interesse mercadológico, ou configura-se em um serviço de utilidade ao leitor?

Em grande parte das matérias da seção “Sustentável”, assim como nas demais reportagens, *Istoé* revela certo apego à visão limitada à economia. Ainda que várias matérias demonstrem um viés educativo, como é o caso de “O código da Reciclagem”³³, que ensina os leitores a reconhecer os códigos referentes à reciclagem, *Istoé* parece priorizar os custos financeiros.

Um exemplo é a reportagem “Floresta de pé, dinheiro na mão”³⁴. Ao abrir a reportagem dizendo que está “cada vez mais próximo o dia em que manter florestas de pé se tornará realmente lucrativo”, *Istoé* demonstra a crença de que, por enquanto, manter as florestas de pé não é lucrativo. O olhar é voltado, portanto, apenas para o lucro econômico. Os outros benefícios que a preservação das florestas traz ao meio ambiente, listados na Avaliação Ecosistêmica do Milênio, como a saúde, por exemplo, não são computados nessa contagem.

Outra tendência observada é a de culpar diretamente as intempéries naturais por estragos nas cidades. Ao afirmar no olho da reportagem “O Haiti é aqui”³⁵ que “as chuvas destruíram 17 cidades...”, a revista transmite a ideia de que o homem, diante disso, nada pode fazer. Essa visão é ainda mais reforçada quando o foco do restante da matéria são as consequências dramáticas e as perdas materiais. Não se fala em prevenção e a reportagem não busca fontes para explicar as possíveis causas do excesso de chuvas.

Na edição seguinte, na reportagem “A segunda tragédia”³⁶, que acompanha os desdobramentos das enchentes no nordeste, *Istoé* apenas reafirma sua concentração nos prejuízos materiais, e limita-se a descrever a cena de desolação do local. Não foge do factual e não procura compreender as causas do excesso de chuvas. A visão não é sistêmica, como preconiza o bom jornalismo ambiental.

Na reportagem “O mundo reage à indiscriminada matança animal”³⁷, *Istoé* faz o que Francisco Fernandes e Cidival Sousa³⁸ chamam de “apelo ao sensacional”, usando uma foto com várias baleias mortas, com suas barrigas abertas, estocadas em um porto. Uma delas inclusive estava à espera de um filhote.

Istoé acerta, no entanto, ao abrir espaço para representantes de ONGs e ativistas ambientais para suas páginas fixas de entrevista. É o caso das entrevistas “O óleo derramado

³³ *Istoé*, edição nº 2124, de 28 de julho de 2010, pg. 89

³⁴ ____, edição nº 2117, de 9 de junho de 2010, pg.105

³⁵ ____, edição nº 2120, de 30 de junho de 2010, pg. 106

³⁶ ____, edição nº 2121, de 7 de julho, pg. 82

³⁷ ____, edição nº 2125, de 4 de agosto de 2010, pg. 96

³⁸ FERNANDES, F, SOUSA, C.. Mídia e Meio Ambiente: Limites e Possibilidades. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v.8 , n.2, p. 159 – 167, jul-dez 2002.

no Golfo do México vai chegar à Europa”³⁹ e “O PT e o PSDB estão no século passado”⁴⁰ – as perguntas são objetivas, claras, e abordam os temas de forma sistêmica e didática. A confiança em ambientalistas como fontes mostra que a revista está tentando seguir o caminho do jornalismo ambiental mais militante.

Istoé acerta também ao relacionar bem estar com contato com a natureza na matéria “Amar, comer e se relacionar”⁴¹

3.3 – Revista *Veja*

A revista *Veja* foi publicada pela primeira vez setembro de 1968 e pertence ao grupo Abril de Comunicação. Assim como as demais, um de seus criadores também foi o jornalista Mino Carta. É a revista semanal com maior tiragem em todo o território brasileiro: por semana, são distribuídos mais de um milhão de exemplares da revista⁴².

3.3.1 – Dados Quantitativos

A revista tem em média 145 páginas por edição, sendo que cerca de 81 apresentam algum conteúdo jornalístico e 63 são dedicadas à publicidade. Isso significa que cerca de 55,86% do conteúdo da revista é jornalístico. Em quatro edições analisadas (2.169, 2.175, 2.177 e 2.179) o conteúdo publicitário chega a ultrapassar o jornalístico.

Das 13 edições pesquisadas, uma delas não apresenta conteúdo jornalístico relacionado a meio ambiente. Trata-se da edição 2.169, do dia 16 de junho.

Tabela 7 - Incidência de matérias ambientais por mês

TIPOS DE MATÉRIA	JUNHO	JULHO	AGOSTO
------------------	-------	-------	--------

³⁹ ____, Edição nº 2124, de 28 de julho de 2010, pg. 08

⁴⁰ ____. Edição nº 2125, de 4 de agosto de 2010 pg.08

⁴¹ Istoé, edição nº 2116, de 2 de junho de 2010, pg. 88

⁴² O site da revista não apresenta nenhuma descrição sobre ela mesma. Os dados foram obtidos pela Wikipédia <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Veja>>. Acesso em novembro de 2010.

Reportagens	6	7	5
Artigos	0	0	0
Entrevistas	2	0	2
Editoriais	0	0	0
Guias	0	0	1
TOTAL	8	7	8

Os números mostram certo equilíbrio na distribuição mensal das matérias. A amostra é composta por 18 reportagens, 4 entrevistas e um Guia com temática ambiental. A revista não publicou nesse período nenhum artigo ou editorial relacionado ao tema. Nota-se que no mês de julho o tema meio ambiente foi abordado apenas em reportagens, que representam, ao todo, 78,26% das matérias ambientais veiculadas nos três meses estudados. Em todas as matérias, o tema ambiental é o foco jornalístico principal.

Tabela 8 – Assuntos abordados e ocorrências

	ASSUNTOS	OCORRÊNCIAS
ECOSSISTEMAS NATURAIS	Cosmo	4
	Intempéries naturais	2
	Biodiversidade	2
	Ambientes intocados pelo homem	1
	Clima	1
	Desmatamento	1
	ECOSSISTEMAS HUMANOS	Poluição
Legislação ambiental		2
Controle de natalidade		1
Desenvolvimento sustentável		1
Ecoturismo		1
Transportes		1
Energia		1
Agronegócio		1

TOTAL		24
-------	--	----

Os assuntos mais abordados são poluição, com 5 ocorrências (sendo 4 delas relacionadas ao acidente na plataforma de petróleo da *British Petroleum*, no Golfo do México) e cosmo, com 4 ocorrências. A maioria delas pertence à macro-categoria “ecossistemas humanos”, com 13 ocorrências que representam 54,16% do total. Assuntos que pertencem à macro-categoria “ecossistemas naturais” ocorrem 11 vezes, o que representa 45,83% do total.

A seguir, a classificação das fontes consultadas:

Tabela 9 – Fontes e suas ocorrências

	CATEGORIAS	Nº DE OCORRÊNCIAS
FONTES OFICIAIS	Políticos, governos e ministérios	14
	Instituições	14
	Iniciativa privada	8
FONTES OFICIOSAS	Profissionais ligados a universidades	11
	Demais instituições	3
	Outros	3
FONTES INDEPENDENTES		9
TOTAL		62

A maioria das fontes consultadas é oficial (36), correspondendo a 58,06% do total. Em seguida, as fontes oficiosas (17) representam 27,41% e as independentes (9) correspondem a 14,51%.

As fontes oficiais mais consultadas foram as de iniciativa privada, ou seja, empresas e empresários (8). Autoridades locais, ministérios, agências e institutos empatam em seguida, com 3 ocorrências cada. Nas oficiosas, destaque para professores vinculados a universidades (4) e pesquisadores (2). Nas fontes independentes, a maioria é de especialistas e pesquisadores, com 2 ocorrências cada.

3.3.2 – Análise de Conteúdo

A revista *Veja*, ao ser a que menos dedica matérias à temática dentre as três publicações analisadas, não nega certa tendência ao descaso com pautas ambientais. Isso é perceptível logo na primeira reportagem. Em “Eles não deixam a floresta em paz”⁴³, *Veja* preocupa-se em explicar de forma didática como funcionavam as fraudes ambientais no estado do Mato Grosso do Sul, mas quanto ao tema ambiental, referiu-se a créditos florestais como “os tais créditos florestais”, sem explicar para o leitor o que isso significa. Os impactos também não são explorados, a não ser apenas por uma perspectiva financeira.

Em todas as matérias, a revista opta por focar apenas o aspecto financeiro do debate. Um exemplo são as quatro reportagens sobre o acidente na plataforma de petróleo do Golfo do México: “As lições do Abismo”⁴⁴, “A crise do outro golfo”⁴⁵, “Como poupar meio milhão...”⁴⁶ e “O futuro no fundo do mar”⁴⁷. Em todas elas a preocupação é com as consequências financeiras do acidente. A primeira cita a multa em dinheiro que a *British Petroleum* terá que pagar, mas não aborda as responsabilidades quanto aos danos ambientais. Explica em detalhes o que levou ao acidente, mas as suas consequências ambientais são exploradas superficialmente. O mesmo se observa em todas as outras chances que *Veja* teve de fazer uma análise um pouco mais voltada ao impacto ambiental, e não as aproveitou.

Outro dado curioso é a tendência claramente favorável de *Veja* às mudanças propostas no Código Florestal. O mesmo tema é alvo de críticas e questionamentos pelas outras revistas, mas *Veja* chega a elogiar o deputado Aldo Rabelo, que propôs as mudanças, chamando-o no título de uma reportagem⁴⁸ de “um comunista de bom senso”.

Nessa mesma reportagem, *Veja*, ao contrário do que fez *Carta Capital*, ouve apenas fontes interessadas na aprovação do documento, como o próprio Aldo Rabelo, e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Técnicos ambientais, geógrafos e ambientalistas não foram ouvidos para que fosse divulgado o impacto ambiental das mudanças.

⁴³ *Veja*, edição nº 2167, de 2 de junho de 2010, pg. 82

⁴⁴ *Veja*, edição nº 2167, de 2 de junho de 2010, pg. 180

⁴⁵ —, edição nº 2167, de 23 de junho de 2010, pg. 80

⁴⁶ —, edição nº 2174, de 21 de julho de 2010, pg.

⁴⁷ —, edição nº 2176, de 4 de agosto de 2010, pg. 72

⁴⁸ Um comunista de bom senso, *Veja*, edição nº 2173, de 14 de julho de 2010, pg. 74

Na reportagem “O mundo salvo pelas mulheres”⁴⁹, sobre controle de natalidade, *Veja* chega a citar a “onda verde”, relacionada ao desenvolvimento de agrotóxicos, a partir da década de 70, como um dos fatores responsáveis por não haver fome no mundo, apesar do crescimento populacional.

O título da reportagem “Matar a natureza é matar o lucro”⁵⁰ antecipa a visão predominante do fator econômico. Se preservar a natureza não desse lucro, não valeria a pena. Preservar a natureza é válido, mas o impulso principal é o econômico.

Com predominância de reportagens factuais e basicamente informativas, *Veja* não se preocupa em cumprir as demais funções do jornalismo ambiental, de educar e de politizar, e também não apresenta a característica militante inerente ao bom jornalismo ambiental. A revista defende em praticamente todas as matérias apenas o ponto de vista econômico.

O único momento em que *Veja* deixa o discurso do lucro de lado é ao tratar das questões relacionadas ao cosmo, o que é possível pelo caráter estritamente científico do assunto.

3.4 – Quadro Comparativo de dados quantitativos

De acordo com a pesquisadora francesa Laurence Bardin (1997:33), “toda análise de conteúdo implica comparações contextuais”. A comparação também é uma das estratégias de pesquisa listadas por Krippendorff (1980 apud BAUER e GASKELL, 2002:194).

Tabela 10 – Média de páginas e de conteúdo jornalístico por edição

	CARTA CAPITAL	ISTOÉ	VEJA
Páginas	76	124	145
% de conteúdo jornalístico	85%	64%	55,85%

Comparando as revistas analisadas, *Carta Capital*, apesar de ter o menor número de páginas, é a que apresenta maior porcentagem de páginas com conteúdo jornalístico. A revista

⁴⁹ *Veja*, edição nº 2172, de 7 de julho de 2010, pg. 96

⁵⁰ _____, edição nº 2168, de 9 de junho de 2010, pg. 148

Veja tem o maior número de páginas por edição (145) e, contraditoriamente, a menor porcentagem de conteúdo jornalístico: apenas 55,85% por revista.

Tabela 11 - Tipos e números de matérias ambientais por revista

TIPOS DE MATÉRIA	CARTA CAPITAL	ISTOÉ	VEJA
Reportagens	22	28	18
Artigos	11	0	0
Entrevistas	6	3	4
Editoriais	1	2	0
Guias	0	1	1
Total	40	34	23

A proporção de matérias com temática ambiental também é invertida em relação à quantidade de páginas por revista. *Carta Capital*, com 40 matérias nas 13 edições analisadas, tem a maioria. Matematicamente, são cerca de 3,07 matérias por edição. A distribuição das matérias, no entanto, não é uniforme. *Istoé* apresentou 34 matérias, ou seja, média aritmética de 2,61 matérias ambientais por edição. *Veja*, com 23 matérias no total, tem somente 1,76 matérias por edição. A amostra analisada somou, ao todo, 95 matérias.

A maioria das abordagens, nas três revistas, é feita no formato reportagem. São 68 ao todo, o que representa 71,57% de toda a amostra. *Carta Capital* é a única a abordar o tema meio ambiente em artigos de opinião, porém não apresenta nenhum Guia, como é o caso de *Istoé* e *Veja*. As três apresentam entrevistas sobre o assunto.

Em relação às temáticas, há predominância de assuntos pertencentes à macro-categoria “ecossistemas-humanos” nas três revistas. Destaque para a temática “energia”, que é a mais explorada pela *Carta Capital* e pela *Istoé*. Na *Veja*, no entanto, ela só aparece em uma reportagem.

Nas três publicações as fontes mais ouvidas são as chamadas oficiais. *Veja* e *Istoé* recorreram mais vezes a empresas e empresários, enquanto *Carta Capital* optou mais vezes

por ouvir ministros e ministérios. As fontes consideradas independentes vêm em segundo lugar nas revistas *Carta Capital* e *Istoé* e em último na *Veja*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste trabalho, concluímos que, em alguns casos isolados, o jornalismo ambiental praticado em revistas de variedades brasileiras consegue cumprir suas funções informativa, educativa e política, além de mostrar-se militante da causa ambiental e usar a visão sistêmica na abordagem dos assuntos. Dentro do nosso universo de análise, a revista *Carta Capital* é a que mais se destacou no sentido de apresentar uma quantidade considerável de matérias relacionadas ao tema e também na maneira como o tema foi abordado.

O periódico foi o único que evitou o “movimento de manada” (TRIGUEIRO, 2005:279) e fugiu de um conteúdo voltado quase que exclusivamente para os interesses econômicos dos personagens das matérias. Defendeu claramente, por exemplo, o uso e a eficiência de energias renováveis, chegando até mesmo a promover um debate a respeito e a publicar as principais conclusões em uma série de matérias especiais, assumindo sua postura de militância pró meio ambiente, ainda que em algumas matérias a visão econômica tradicional ainda prevaleça em relação à visão econômica sustentável.

Em outro oposto, a revista *Veja* deixou a visão economicista de lado apenas quando abordou o assunto “cosmo”. Em todas as outras matérias, o fator determinante foi o material, o econômico. *Veja* chega a transmitir uma ideia anti-ambientalista, que reforça o mito de que o cuidado com o meio ambiente atrasa o desenvolvimento, o que ficou claro na cobertura da proposta de mudança do Código Florestal, em que a revista chegou a elogiar o relator da proposta e a praticamente classificá-la como sustentável, mesmo sugerindo redução drástica nas áreas reservadas a matas ciliares.

Na cobertura do vazamento de petróleo no Golfo do México, *Veja*, que deu relativo destaque ao tema, com quatro matérias a respeito, concentra-se tanto nos prejuízos econômicos e em explicar o que de fato aconteceu com as máquinas, que chega a ser omissa em relação aos efeitos do desastre no meio ambiente.

A revista *Veja* não dedica nenhum espaço em suas edições ou em seu site na internet para especificar sua linha editorial e quais são os assuntos que aborda. No entanto, na tratativa de temas ambientais, conclui-se que sua postura não é a da defesa do meio ambiente, ou seja, o que se encontra em suas páginas em relação ao tema não é, de fato, jornalismo ambiental.

A revista *Istoé* também não se auto define em seu site ou em suas edições. No entanto, encontra-se no meio do caminho para um jornalismo ambiental mais eficiente. Demonstra boa vontade ao dedicar espaços exclusivos ao tema e ao utilizar uma linguagem objetiva e didática no tratamento dos mesmos, mas ainda mostra-se receosa em relação ao paradigma economia *versus* meio ambiente. O argumento da compensação financeira ainda é muito utilizado em suas matérias. O problema não reside, no entanto, em observar os fatos por esse viés, mas sim em observar os fatos somente por esse viés, ou dar a ele muito mais destaque do que aos demais fatores envolvidos. Falta exercitar a visão sistêmica, ação indispensável para o bom jornalista ambiental.

De modo geral, o caráter mercadológico das revistas, principalmente de *Veja* e *Istoé*, configura-se claramente em um constrangimento organizacional. A linha editorial de *Carta Capital*, que é contrária ao neoliberalismo, acaba refletindo na maior liberdade em defender mudanças estruturais no padrão de desenvolvimento que o Brasil deve adotar, enquanto as outras revistas repetem incessantemente o argumento do crescimento acelerado, relacionado principalmente ao lucro financeiro.

O leitor comum tem em mãos, portanto, desde textos que defendem o cuidado com o meio ambiente como um dos requisitos básicos ao desenvolvimento, até textos que defendem que essa preocupação configura-se em atraso no progresso do país. Em comum, as revistas analisadas demonstram predileção por temas factuais, como no caso das chuvas no nordeste e do acidente do Golfo do México, o que é uma tendência do próprio jornalismo na busca do cumprimento da função informativa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. **Alimentos Orgânicos**: ampliando conceitos de saúde humana, ambiental e social. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BAUER, M. e GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004, 3ª ed.

CAPRA, Fritjof. **Teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARNEIRO, Augusto Cunha. **A história do ambientalismo**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2003.

CEPAM (org.) **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, Ed. Especial, 1999.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental** – Princípios e práticas. 2 ed. Rev. Ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA DO BRASIL. **Dicionário**. São Paulo, 1989.

FERRARI, M. H; SODRÉ, Muniz. **Técnica da Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. 6 ed. São Paulo; Summus, 1986.

GIRARDI, I.M.T., SCHWAAB, Toni (*et. al.*) (org.) **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

RAMOS, L.F.A. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2. Ed., 2003

_____. **Teorias do jornalismo**, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. Ed., 2005.

TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio Ambiente no Século 21: 21** especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____, _____. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

VILAS BOAS, Sérgio (org.). **Formação e Informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

ARTIGOS E OUTROS

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia Projeto Nacional do Meio Ambiente. Brasília: CNPq, 1988. In: TARGINO, M. G. **Informação Ambiental** – uma prioridade nacional? Inf. & Soc., João Pessoa, v.4, n.1, p.38-61, jan./dez. 1994

BUENO, Wilson. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR

FERNANDES, F , SOUSA, C.. Mídia e Meio Ambiente: Limites e Possibilidades. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v.8 , n.2, p. 159 – 167, jul-dez 2002.

MENDES, Diana Felipe. **Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental em 2005**: as redes virtuais como espaço de discussões. 2006. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006.

ONU. Avaliação Ecológica do Milênio. 2000. Disponível em Disponível em <http://www.scribd.com/full/6305159?access_key=key-ji7kyi7ajdm9ooxsgbg > Acesso em outubro de 2010.

PETRARCA, F. R. Jornalismo e Meio Ambiente no Rio Grande do Sul: trajetórias profissionais e lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais. **Teoria & Pesquisa**, v. 40-41, p. 107-136, 2002.

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental** – evolução e perspectivas. Disponível em <<http://www.agirazul.com.br/artigos/joriental.htm>> Acesso em outubro de 2010.

SITES

Agir Azul. <<http://www.agirazul.com.br/rbja.htm>> Acesso em outubro de 2010

Carta Capital. < <http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc>>. Acesso em novembro de 2010.

Instituto Chico Mendes <http://www.icmbio.gov.br/> Acesso em outubro de 2010.

Wikipédia. Carta Capital. < <http://pt.wikipedia.org/wiki/CartaCapital>>. Acesso em novembro de 2010.

_____. Istoé < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Isto%C3%A9>>. Acesso em novembro de 2010.

_____. Veja. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Veja>>. Acesso em novembro de 2010.

ANEXOS



ANEXO A - Estudante Carlos Dayrell em cima da Acácia em protesto contra sua derrubada, 1975.

ANEXO B - Capas das revistas analisadas:

Carta Capital

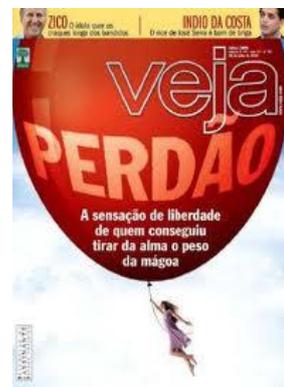




Istoé:



Veja:





ÍNDICE DE REPORTAGENS

(Título, formato, tema, página e fontes)

Carta Capital:

Ed. 2 de junho de 2010 n° 598

“**O novo velho Blairo Maggi**” – reportagem – tema: desmatamento (pg. 18) fonte: Polícia Federal.

“**Sem mistério**” - artigo – tema: energia (pg.34) fonte: PIB

“**Chiliques bilionários**” – reportagem – tema: poluição BP (pg. 54) fonte: *New York Magazine*, relatórios oficiais.

“**Preces de resistência**” - entrevista – tema (secundário): ambientalismo (pg. 62) fonte: pensador .

Ed. 9 de junho de 2010 n° 599

“**Infraestrutura paralisante**” - reportagem - tema: transportes (pg.23) fontes: Instituto de Pesquisas econômicas aplicadas (Ipea) / Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) / Ministro da Defesa.

“**A economia depois das chuvas**” - reportagem– tema (secundário): clima (pg. 36) fontes: economistas / índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) / presidente da Associação Keynesiana Brasileira.

“**Os gringos invadem o campo**” – reportagem – tema: agronegócio (pg.38) fontes: dados Datagro/ analista de terras AgraFNP

“**Equação sustentável**” – artigo – tema: sustentabilidade (pg. 50) fontes: professor do Instituto de Ciências Biológicas e Ambientais no RJ / agricultor africano / dados da Comissão Econômica da América Latina (Cepal) / relatório ONG repórter Brasil / *British Petroleum* / professor do departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva da Universidade de Tulani, *New Orleans* / Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Ed. 16 de junho de 2010 n° 600

“**O desafio energético**” - artigo– tema: energia. (pg. 46) fonte: articulista

“**Não aos idiots-savants**” - artigo – tema (secundário): transportes (pg.48) fonte: articulista

“De poucos para poucos” - artigo – tema: agronegócio (pg. 64) fonte: IBGE

“Ler Guimaraes Rosa” – artigo – tema (secundário): recursos naturais (pg. 80) fonte: articulista

Ed. 23 de junho de 2010 nº 601

“O pecado da carne” – reportagem – tema: agronegócio (pg. 34) fontes: FAO (ONU) / estudioso econômico de mudanças climáticas/ Ministério da Agricultura / Sociedade Brasileira Vegetariana / Associação Brasileira de Pecuária Orgânica / WWF (ONG) / Secretaria de Agricultura de São Paulo.

“Metrópoles paralisadas, projetos interrompidos” - reportagem – tema: transporte. (pg. 44) fontes: Ministério das Cidades / FGV (Fundação Getúlio Vargas) / Movimento Nossa São Paulo / Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis / Professor USP / Observatório das Metrôpoles (UFRJ) / Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos / arquiteto / urbanista / professor Universidade Federal Rural do Semiárido / Fórum Internacional do Transporte.

“Soluções pontuais para a Copa de 2014” - entrevista correlata – tema: mobilidade urbana. (pg. 51) fonte: Ministro das Cidades.

Ed. 30 de junho de 2010 nº 602

“O céu desaba no nordeste” – reportagem – tema: intempéries naturais. (pg. 21) fontes: Ministro da Defesa.

“O dilema do crescimento sustentável” – Seção Carta Verde - editorial – tema: sustentabilidade. (pg. 38) fonte: Ministério de Minas e Energia.

“Por ora, a melhor opção” – Seção Carta Verde - reportagem – tema: energia (pg. 44) fontes: Ministério de Minas e Energia / professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) / professor, físico e especialista em energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP / coordenador de estudos de Infraestrutura do Ipea, ligado ao Ministério do Planejamento.

“Mundo real” – Seção Carta Verde – entrevista – tema: energia (pg.50) fontes: presidente da Petrobrás / economista.

“Vermelho versus verde”- Seção Carta Verde reportagem– tema: legislação ambiental. (pg. 52) fontes: Ministra do Meio Ambiente / Frente Parlamentar Ambientalista / coordenador de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (Ipam) (ONG) / deputado Aldo Rebelo / deputado Sarney Filho / Coordenador de Políticas Públicas da ONG S.O.S. Mata Atlântica.

“A polêmica do arroz” – Seção Carta Verde - reportagem – tema: agronegócio/ transgênicos. (pg. 56) fontes: União Européia / Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) / biólogo e integrante da CNTBio / assessoria de comunicação da BayerCropScience / presidente da Comissão do Arroz da Farsul / entidade *International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications*.

Ed. 7 de julho de 2010 nº 603

“Por onde caminha a 3ª via” - entrevista Guilherme Leal, empresário e vice de Marina Silva – tema: recursos naturais / responsabilidade ambiental. (pg. 32)

“Amazônia Fluvial” – artigo – tema: Amazônia (pg. 46) fontes: o próprio documentário / o cineasta.

Ed. 14 de julho de 2010 nº 604

“Aos camaradas ruralistas” – reportagem – tema: legislação ambiental / Código Florestal (pg. 20) fonte: deputado relator Aldo Rebelo.

Ed. 21 de julho de 2010 nº 605

“Hemorragia estancada” – reportagem – tema: poluição / vazamento *British Petroleum* (pg. 16) fonte: *British Petroleum* / Ministério do Meio Ambiente.

Ed. 28 de julho de 2010 nº 606

“O velho e o mar” – artigo – tema: intempéries naturais (pg. 8) fonte: pescadores (2) / Presidente da Associação dos Pescadores Artesanais / Defesa Civil.

“Velocidade é prioridade” - reportagem – tema: transportes (pg. 32) fontes: governo federal / diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres / mestre em transportes e professor em Engenharia da FEI / Fundação Dom Cabral / Ipea / Confederação Nacional dos Transportes.

Ed. 4 de agosto de 2010 nº 607

“Empreendedor na selva” – artigo – tema: Amazônia (pg. 8) fontes: empresário da Região Amazônica / sem terras.

“Ambições Amazônicas” – artigo – tema: Amazônia (pg. 27) fonte: governo federal.

Ed. 11 de agosto de 2010 nº 608

“Só a viúva salva” - reportagem – tema: agronegócio (pg. 36) fontes: vice presidente de agronegócios do Banco do Brasil / presidente da Consultoria Agrosecurity / Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico / Consultoria Biocampo de Desenvolvimento Agrícola / Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

“Eterno nacionalista” – entrevista Calos Lessa, ex presidente do BNDES – tema (secundário): sustentabilidade (pg. 46)

Ed. 18 de agosto de 2010 nº 609

“Mais ou menos desmatamento?” – reportagem – tema: desmatamento (pg. 16) fontes: Ministério do Meio Ambiente / diretor do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

“A 'Arábia verde' acorda no canavial” – Série de reportagens especiais - reportagem – tema: energia (pg. 40) fontes: dados da União da Indústria da Cana-de-açúcar / ministro da Agricultura / vice presidente da Associação Brasileira do Agribusiness (Abag) / Agência de Proteção Ambiental dos EUA / pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / consultoria Datagro/ presidente da Petrobrás Biocombustíveis/ ex-ministro da Agricultura.

“O Brasil entre o passado e o futuro” – Série de reportagens especiais - reportagem – tema: energia (p.46) fontes: cientista e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) / estudo encomendado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) / ex presidente do Instituto Ethos e atual candidato ao Senado pelo PV / professor da PUC / Greenpeace / gerente geral de energias da Petrobrás / BNDES.

“Um reinado a favor da nova economia” – Série de reportagens especiais - entrevista David Vincent, diretor de projetos da britânica sem fins lucrativos *Carbon Trust* – tema: sustentabilidade (pg. 50).

“Quanto vale a criatividade?” – reportagem – tema: sustentabilidade (pg. 64) fontes: *Xprize Foundation* / Escola de Economia da Noruega / Escola de Economia de Harvard / Escola de Economia de Copenhague / assessor científico do presidente dos EUA / NASA / Fundação Gates.

Ed. 25 de agosto2 de 2010 nº 610

“Um freio na grilagem” - reportagem - tema: agronegócios (pg. 16) fontes: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) / Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

“**Mais uma indecência**” – artigo – tema: Amazônia (pg. 25) fonte: articulista.

“**O sal da terra**” – reportagem – tema: poluição (pg. 26) fontes: civis comuns / geógrafa, professora da Universidade local (sem mais detalhes) / promotora do Meio Ambiente / Médica Universidade Federal do Ceará (UFC) / Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade de Brasília / Fundação Oswaldo Cruz / empresário.

“**A invasão dos bárbaros**” – reportagem – tema (secundário): ideias antiecológicas (pg. 54) fonte: candidato a governador nos EUA.

Istoé:

Ed. 2 de junho de 2010 nº 2116

“**Amar, comer e se relacionar**” – reportagem – tema (secundário): contato homem/natureza (pg.88) fontes: estudo da Universidade do Texas / Advogado – falando como civil.

“**As armadilhas do consumo verde**” – Seção sustentável - reportagem – tema: consumo consciente / greenwashing (marketing verde indevido nas embalagens). (pg.109) fontes: empresa brasileira Market Analysis/ gerente de informação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)/ consultor jurídico da Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas (Abief)/ diretora executiva da Abief .

Ed. 9 de junho de 2010 nº 2117

“**A utopia de Marina**” – editorial – tema: desenvolvimento sustentável (pg.20)

“**Os sonhos de Marina**” – reportagem – tema: política/desenvolvimento sustentável (pg. 44) fontes: a própria candidata à presidência, Marina Silva / político aliado.

“**Nós temos condição de antecipar o futuro**” - entrevista correlata à reportagem anterior, com Marina Silva e seu vice, Guilherme Leal – tema: desenvolvimento sustentável (pg.48).

“**Floresta de pé, dinheiro na mão**” – Seção Sustentável - reportagem – tema: conservação de áreas verdes. (pg.105) fontes: ministra do Meio Ambiente / consultor de energia renovável e sustentabilidade da Trevisan Consultoria/ revista *Science*/ biólogo brasileiro e professor da Universidade de Exeter.

Ed. 16 de junho de 2010 nº 2118

“**Alerta nuclear**” – reportagem – tema: produção de energia /. (pg. 40) fontes: Ministério Público Federal / procurador do MP / deputado relator do Grupo de Trabalho de Fiscalização

e Segurança Nuclear da Câmara/ parecer técnico de engenheiro / presidente da Eletronuclear / embaixadora da ONU.

“Guia da viagem ambientalmente correta” – Seção Sustentável - Guia– tema: consumo consciente. (pg.121) fontes: ONG ambiental / companhias aéreas / sites que listam hotéis sustentáveis / *Warwick University*.

“Terras brasileiras em mãos estrangeiras” – reportagem – tema: agronegócio (pg. 144) fontes: presidente do Brasil / relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. /agricultor argentino / agricultor irlandês / agricultor paulista.

“Vale tudo” – reportagem – tema: vida nas comunidades de elefantes machos / diversidade biológica ou biodiversidade (pg. 158).

Ed. 23 de junho de 2010 nº 2119

“O deserto de 1 trilhão de dólares.” – Seção Sustentável – reportagem – tema: recursos naturais. (pg. 123) fontes: governo estadunidense (Pentágono), informação do New York Times / especialista em Oriente Médio e professor da Fundação Escola e Sociologia e Política de São Paulo / coordenador do Laboratório de Circuitos Integráveis da USP / *U.S. Geological Survey*.

“Feras de sangue quente” – reportagem – tema: biodiversidade (pg. 130 fontes: revista especializada *Science* / pesquisador do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“Energia lunar” – reportagem – tema: cosmo / energia. (pg. 132) fontes: / pesquisador japonês líder do projeto / astrônomo do observatório nacional.

Ed. 30 de junho de 2010 nº 2120

“Devastação e abandono” – editorial – tema: intempéries naturais (pg. 20).

“Beleza preservada” – Seção Sustentável - reportagem – tema: sustentabilidade / produtos orgânicos. (pg. 85) fontes: presidente da filial brasileira de indústria de cosméticos multinacional / fundadora e presidente de empresa de cosméticos brasileira / diretora geral da filial brasileira de outra marca de cosméticos multinacional / executiva de outra marca de cosméticos / diretor de sustentabilidade da Natura / fundador de uma das empresas de cosméticos ambientalmente responsáveis, Olivier Baussan.

“O Haiti é aqui” – reportagem – tema: intempéries naturais. (pg. 106) fontes: ministro da Defesa / empresário de região afetada (como civil) / psiquiatra (como civil) / professora (como civil) / presidente da Associação dos Municípios Alagoanos / ONG / secretária nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional / professor do Instituto de

Geociências da UnB / engenheiro e especialista em recursos hídricos da Universidade Federal de Alagoas / presidente da República / Defesa Civil/ radialista.

Ed. 7 de julho de 2010 nº 2121

“Descanse em paz... com a natureza” – Comportamento Sustentável - reportagem – tema: consumo consciente. (pg. 61) fontes: diretor geral de empresa de “biourmas” / diretor executivo de ONG / pesquisas nos EUA com populares.

“A segunda tragédia” – reportagem – tema: infraestrutura - efeitos das chuvas no nordeste (continuação de “O Haiti é aqui”) (pg.82) fontes: Defesa Civil / aposentada (civil) / mulher (civil) / comerciante / empresário / comerciante 2/ juiz da 1a Vara Cível / aposentada (civil) / mulher 2 (civil) / bombeiros / dona de casa (civil).

Ed. 14 de julho de 2010 nº 2122

“Patada de carbono” – Seção Sustentável - consumo consciente/ produtos sustentáveis. (pg. 97) fontes: pesquisadores da Universidade Victoria, na Nova Zelândia / nutricionista da New York University / lojas de pet-shop.

“Consumo e selvageria” – reportagem – tema: mostra de arte ecológica/ crítica ao consumismo. (pg.110) fonte: Exposição no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Ed. 21 de julho de 2010 nº 2123

“Como uma onda no mar” – Seção Sustentável - reportagem – tema: produção de energia limpa. (pg.87) fontes: professores da Coordenadoria de Pós- Graduação e Pesquisa da UFRJ / empresa de engenharia de energias.

“O efeito mamute” – reportagem – tema: aquecimento global/biodiversidade. (pg.92) fonte: cientistas do departamento de ecologia da Universidade de Stanford.

Ed. 28 de julho de 2010 nº 2124

“O óleo derramado no Golfo do México vai chegar à Europa” - entrevista com mergulhador Jean-Michel Cousteau e presidente da ONG *Ocean Futures Society* – tema: poluição / efeitos do desastre ambiental *British Petroleum*. (pg.08)

“O código da Reciclagem” – reportagem – tema: sustentabilidade / reciclagem (pg. 89) fontes: diretora executiva da Associação Brasileira de Embalagem (Abre) / diretor presidente do Instituto Akatu para o Consumo Consciente.

“De sertão a deserto” – Seção Sustentável - reportagem – tema: clima. (pg. 118) fontes: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Ed. 4 de agosto de 2010 nº 2125

“O PT e o PSDB estão no século passado” - entrevista com Fábio Feldman, criador da ONG S.O.S. Mata Atlântica – tema: políticas públicas pró Meio Ambiente (pg.8).

“O mundo reage à indiscriminada matança animal” - reportagem –tema: biodiversidade/ combate à caça (pg.96) fontes: representante de fundação de direitos dos animais.

“O avião do futuro” – reportagem – tema: energia renovável / consumo consciente. (pg. 100) fontes: professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) / presidente da Embraer.

“Plataformas em alerta” – reportagem – tema: produção de energia/ segurança em plataformas de petróleo. (pg.108) fontes: presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP)/ analistas de petróleo contratados pela Petrobrás / empresário do ramo de energias / professor de engenharia de petróleo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ed. 11 de agosto de 2010 nº 2126

“Bandeira azul, praia verde” – Seção Sustentável - reportagem – tema: políticas públicas pró meio ambiente / praias ecológicas. (pg.93) fontes: Fundação para a Educação Ambiental (FEE, sigla em inglês)/ bióloga e doutora em gerenciamento costeiro/ diretor do departamento de estruturação, articulação e ordenamento do Ministério do Turismo / prefeita do Guarujá.

Ed. 18 de agosto de 2010 nº 2127

“Descontrole atômico” – reportagem – tema: energia (pg.54) fontes: Fiscais da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) / procurador do Ministério Público Federal / presidente da CNEN / presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen).

“Preso, mas livre de carbono” – reportagem – tema: sustentabilidade / sustentabilidade em presídios. (pg. 97) fontes: departamento Penitenciário Nacional / autoridades estadunidenses (não especificadas) / departamento prisional de Washington.

“Mar de tesouros” – Seção Sustentável - reportagem – tema: recursos naturais (pg.100) fontes: coordenador da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), ligado à Marinha/ oceanógrafo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro / professor de oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco / professor da Universidade Federal do Rio Grande.

Ed. 25 de agosto de 2010 n° 2128

“2010: o ano das mudanças climáticas” – Seção Sustentável - reportagem– tema: mudanças climáticas. (pg.85) fontes: Centro Nacional de Dados Climáticos de *Asheville* (EUA) p/ *New York Times* / co-autor de livro para o jornal britânico *The Guardian*.

Veja:

Ed. 2 de junho de 2010 n° 2167

“Eles não deixam a floresta em paz” – reportagem. Tema: desmatamento (pg. 82) fontes: Polícia Federal / Procurador Federal

“As lições do Abismo” – reportagem – tema: poluição / acidente ambiental / derramamento de petróleo no mar. (pg. 180) fontes: Presidente dos EUA/ pesquisa popular (sem mais detalhes)/ senadores americanos / engenheiro da USP.

Ed. 9 de junho de 2010 n° 2168

“Matar a natureza é matar o lucro” – reportagem – tema: biodiversidade lucrativa. (pg. 148) fontes: presidente da Coca –Cola / economista de Princeton/ economista de Vermont / especialista em sustentabilidade / diretoria de sustentabilidade da Bovespa, ONU.

“O preço da biodiversidade” – entrevista Pavan Sukhdev, economista do *Deutsche Bank*, correlata com matéria anterior – tema: biodiversidade. (pg. 156)

Não há matéria ambiental na edição na Ed. 16 de junho de 2010 n° 2169

Ed. 23 de junho de 2010 158 n° 2170

“A crise do outro golfo” – reportagem – tema: poluição / repercussão do acidente da British Petroleum. (pg. 80) fontes: Presidente dos EUA/ executivo da British Petroleum / ex ministro inglês.

“Galáxias subterrâneas” – reportagem– tema: cavernas/ ambientes intocados pelo homem. (pg.144) fontes: fotógrafo e geólogo norte-americano/ geólogo do instituto do Carste.

Ed. 30 de junho de 2010 142 n° 2171

“Para crescer sem poluir” – entrevista com então candidata à presidência, Marina Silva– tema: política e meio ambiente/ desenvolvimento sustentável (pg. 19).

“Tsunami nordestino” – reportagem– tema: intempéries naturais (pg. 66) fontes: prefeita de município afetado/ União.

Ed. 7 de julho de 2010 n° 2172

“Da lama ao caos” – reportagem correlata à “Tsunami nordestino”, da edição anterior - tema: intempéries naturais / conseqüências das enchentes no nordeste (pg. 72) fontes: autoridades locais (não há identificação clara).

“O mundo salvo pelas mulheres” – reportagem– tema: controle de natalidade. (pg. 96) fontes: ONU/ pesquisador inglês, escritor de “O novo choque populacional e o futuro surpreendente do nosso planeta” / demógrafo da Escola Nacional de Ciências Estatísticas / especialista em riscos ambientais (sem mais esclarecimentos).

“Incontinência urinária” – reportagem – tema: poluição (pg. 122) fontes: prefeitura de Salvador/ cardeal católico / professor de engenharia da UCS/ autoridades cariocas (sem mais explicações) / professor de antropologia da educação da UFB.

Ed. 14 de julho de 2010 134 n°2173

“O novo mapa do universo” – reportagem – tema: cosmo (pg. 90) fontes: diretor científico da Agência Espacial Européia (ESA)/ cientista / NASA.

“Um comunista de bom senso” – reportagem – 2 páginas – tema: legislação ambiental / Código Florestal (pg. 74) fontes: Aldo Rebelo, deputado que propôs a alteração no Código Florestal/ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)/ senadora e presidente da CNA.

Ed. 21 de julho de 2010 n° 2174

“Como poupar meio milhão...” – reportagem – tema: poluição (pg. 76) fontes: *British Petroleum* / professor de engenharia civil da FEI (sigla não especificada)/ professor de gestão estratégica do Insper (sigla não especificada).

Ed. 28 de julho de 2010 n° 2175

“Um raro achado no cosmo” – reportagem – tema: descobertas no cosmo (pg. 94) fontes: grupo de astrônomos europeus (sem maiores detalhes) / astrofísico inglês da Universidade de Sheffield.

Ed. 4 de agosto de 2010 nº 2176

“Com o pé na estrada” – entrevista com deputado que propôs mudanças no Código Florestal, Aldo Rebelo – tema: legislação ambiental / Código Florestal. (pg.19)

“O futuro no fundo do mar” – reportagem – 1 página – tema: poluição / acidente da BP (pg.72) fontes: British Petroleum/ Agência Nacional do Petróleo (ANP)/ presidente de petrolífera / ex-diretor geral da ANP / professor de engenharia de petróleo na Unicamp.

Ed. 11 de Agosto de 2010 nº 2177

“Dá para fazer rápido, sim” – reportagem – tema: transportes. (pg. 84) fontes: Companhia Aérea Gol / candidata à presidência e ex ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff/ economista indiano do banco JPMorgan Chase/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)/ Cientista político da UnB/ Valec, ligada ao Ministério dos Transportes.

“A força do Capitalismo” – reportagem – tema: agronegócio / energia. (pg. 112) fontes: pesquisador formado pela USP / empresário / empresária 2.

“O último homem na Lua” – entrevista com ex astronauta Eugene Cernan – 3 páginas – tema: cosmo / missões no espaço (pg. 124) fonte extra: governo estadunidense.

Ed.18 de agosto de 2010 nº 2178

“General Verão”- reportagem – tema: clima. (pg. 96) fontes: autoridades russas (não especificadas) / meteorologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) / Administração Nacional para Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (NOAA) / meteorologista do Inpe 2.

“Ecoturismo” – Guia – tema: dicas de ecoturismo. (pg.124) fontes: Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura / outras 19 agências de turismo ou associações.

Ed. 25 de agosto de 2010 nº 2179

“Um táxi para o céu” – reportagem – tema: cosmo. fonte: vice presidente da Boeing.